

Ato de Renan Calheiros será publicado na quarta-feira. Sugestões deverão ficar prontas em 90 dias

Senado instala comissão para combater a burocracia

PÁGINA 3

MEIO AMBIENTE



DANIEL BELTRA/GREENPEACE

O desmatamento ilegal, como este flagrado em 2001 na região do rio Carajari, em Altamira, Pará, ainda desafia as autoridades

Más notícias tiram o brilho das comemorações

PÁGINA 9

cidadania

JANE ARAÚJO

Acompanhe o trabalho do seu deputado estadual

É importante que o cidadão, além de escolher seus representantes, acompanhe o que é debatido e votado pelos parlamentares ao longo de seus mandatos. O *Especial Cidadania* traz os endereços postais e eletrônicos das 26 assembleias estaduais e da Câmara do DF.

PÁGINA 20



Renan apresenta uma agenda para o Brasil

O presidente do Senado, Renan Calheiros, entregou ao presidente Lula "uma proposta de crescimento para o país". As sugestões incluem, entre outras, medidas para reduzir os impostos, baratear a cesta básica e ampliar a segurança jurídica.

PÁGINA 7

Instalar ou não a CPI dos Correios, o dilema do Congresso esta semana

PÁGINAS 4 A 6

Comissão negocia acordo sobre novas regras para o Orçamento federal

PÁGINA 10

PLENÁRIO

A semana começa com a pauta trancada por seis projetos oriundos de medidas provisórias.

PÁGINA 2

e mais...

| | |
|---------------------|-----------|
| AGENDA | Página 2 |
| PERGUNTE AO SENADOR | Página 17 |
| FRASES | Página 17 |
| VOZ DO LEITOR | Página 17 |
| CONHEÇA O SENADO | Página 19 |

DESBUROCRATIZAÇÃO Senado cria comissão para reduzir burocracia. Empresários pedem Lei das Microempresas

Vida menos complicada para empresas



Comissão especial de três senadores será criada nesta quarta-feira, por ato do presidente do Senado, Renan Calheiros, para, em 90 dias, apresentar propostas de redução da burocracia na abertura de empresas no Brasil. Renan argumenta que o nível de informalidade da economia brasileira é superior a 50% – alcança mais de 10 milhões de empresas –, num ambiente onde também opera a pirataria e o crime organizado. Além disso, ele justifica a criação do grupo de trabalho levando em conta que 60% das micro e pequenas empresas fecham antes de três anos de vida.

No mesmo dia da publicação do ato, Renan e o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, recebem, da mão de representantes

de milhares de microempresários, pedido para aprovação, ainda este ano, da chamada Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, elaborada pelo Sebrae após consulta a mais de 6 mil empresários de pequenos negócios. O projeto será entregue ao Congresso e ao Executivo ao final de uma marcha que percorrerá a Esplanada dos Ministérios.

A adoção de um regime tributário único e simplificado – o Simples Geral, ou Supersimples – é apenas um dos mecanismos que seriam criados com a aprovação da lei.

– A instituição vai ampliar a adesão de prestadoras de serviço e aumentar o teto da receita anual para inclusão no sistema, reduzindo burocracia e tributos – diz o presidente do Sebrae nacional, Paulo Okamoto.

Dezenas de proposições sobre microempresas tramitam nas

duas Casas do Congresso, entre elas cinco apensadas ao projeto de lei complementar (PLP 210/04) que está sendo discutido por uma comissão especial na Câmara, e que mais se aproxima da Lei Geral que será apresentada em Brasília na quarta.

O líder do PT, Delcídio Amaral (MS), disse que as medidas de apoio ao microcrédito tomadas demonstram empenho do governo em valorizar o setor.

– Nos países desenvolvidos, o fortalecimento da economia veio a partir dos micro, pequenos e médios empresários. Temos disposição para buscar medidas que tragam empresas para a formalidade.

A proposta enviada pelo Executivo no ano passado simplifica o regime tributário, previdenciário e trabalhista, como querem os empresários, porém estende tais benefícios apenas a empresas



Empresários durante manifestação em Porto Alegre, em 28 de abril, em defesa de legislação específica para micro e pequenas empresas

com faturamento anual de até R\$ 36 mil – limite considerado muito baixo por economistas, tributaristas e entidades que representam o setor. O projeto da

Lei Geral (Supersimples) muda os parâmetros, subindo o teto das microempresas até R\$ 480 mil e o das pequenas até R\$ 3,6 milhões (cem vezes maior).

Micro e pequenas empresas em números

Nos três primeiros anos de funcionamento, 50% das micro e 30% das pequenas e médias fecham as portas.
Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (Rais), 2003.

3,7 milhões estão inativas há mais de cinco anos.
Fonte: Departamento Nacional de Registro de Comércio (DNRC), 2003.

2,8 milhões são registradas, contra 12 milhões de pequenos comerciantes na informalidade.
Fonte: Receita Federal

Correspondem a 98% das empresas brasileiras, mas só representam 4% das exportações.
Fonte: Ministério da Fazenda.

Como será a caminhada dos empresários

Milhares de empresários estão sendo esperados na manifestação da Frente Empresarial pela Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, nesta quarta-feira, em Brasília. O objetivo é chamar a atenção do país para o tema e conquistar a aprovação da proposta pelo Congresso Nacional ainda em 2005.

Os manifestantes farão uma caminhada pela Esplanada dos Ministérios até o Palácio do Planalto, onde entregarão cópia do anteprojeto da Lei Geral. Audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não está confirmada. Em seguida, promoverão ato público no Salão Negro da Câmara dos Deputados, quando entregarão a proposta para os presidentes da Câmara, Severino Cavalcanti, e do Senado, Renan Calheiros. Em dezembro passado, um abaixo assinado com a adesão

de 339 deputados e 25 senadores foi entregue aos então presidentes da Câmara, João Paulo Cunha, e do Senado, José Sarney.

A expectativa de comparecimento tem por base as adesões ao movimento registradas em

eventos regionais e estaduais, que já envolveram cerca de 10 mil pessoas desde a sua largada, em São Paulo, no dia 12 de abril.

O movimento chega a Brasília depois de percorrer todo o país. A frente é formada pelo Sebrae, Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Confederação Nacional do Comércio (CNC), Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Confederação Nacional dos Transportes (CNT).

Manifestantes farão marcha pela Esplanada até o Palácio do Planalto

Câmara debate proposta do Executivo

Tendo como relator o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) e presidida pelo deputado Carlos Melles (PFL-MG), a comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa o projeto do chamado Estatuto das Micro e Pequenas Empresas (PLP 210/04) tem realizado audiências públicas para debater a questão.

– A burocracia atual é um desestímulo a qualquer tipo de empreendimento no Brasil

– afirma o deputado Jutahy Júnior (PSDB-BA), autor de projeto de lei complementar (123/04) anterior ao do Estatuto do Supersimples, para facilitar a abertura de negócios.

O projeto do deputado já havia passado por duas comissões antes de tramitar junto com cinco outros, todos agora na mesma comissão especial.

– Mais de 40 milhões de brasileiros relutam em pertencer

ao mercado formal devido às dificuldades burocráticas da formalização e aos elevados tributos cobrados – adverte.

O presidente da Casa, Severino Cavalcanti, se declara a favor de medidas que tornem mais fáceis a criação e a sobrevivência das micro e pequenas empresas.

– Apesar de responsáveis pela diminuição do desemprego, 30% das empresas não completam um ano de atividade – lamenta.

Tabela defasada estimula informalidade

Quando da criação do Simples, há oito anos, só podiam aderir ao sistema microempresas com receita bruta anual máxima de R\$ 120 mil e empresas de pequeno porte com até R\$ 1,2 milhão anual. Se fosse considerada apenas a inflação acumulada entre 1997 e 2004, no entanto, o teto do Simples saltaria dos atuais R\$ 120 mil para R\$ 260 mil anuais (micro) e dos R\$ 1,2 milhão para R\$ 2,6 milhões (empresas de pequeno porte).

Na opinião do tributarista Jefferson Nardi Nunes Dias, do Tre-

visioli Advogados Associados (SP), qualquer projeto de Supersimples precisa abordar a questão da correção do teto, que poderá trazer muitos informais para a formalidade.

– Ao aumentar a base arrecadatória, vai gerar maior arrecadação aos cofres públicos.

Nardi alerta ainda para a situação das empresas prestadoras de serviço, que tiveram um aumen-

to de 50% em seus tributos, a partir da Lei 10.833, de 2003.

– Este segmento foi duplamente prejudicado com o aumento dos tributos e a não-correção do teto do sistema – disse.

Otimismo no meio empresarial

Na visão dos empresários, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas poderá criar o chamado “ambiente favorável” aos pequenos negócios, na medida em que reunirá, em uma única lei complementar, todos os estímulos possíveis para o segmento.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), deputado Armando Monteiro (PTB-PE), é defensor declarado do projeto elaborado pelo Sebrae.

Segundo o deputado, o sistema tributário atual pune as empresas que crescem, enquanto a Lei Geral representa a criação de um sistema de impostos menos oneroso para pequenos negócios, e uniforme entre os estados, o Supersimples.

– A nova lei trará um aumento suave na tributação para as empresas e ajudará a resolver a informalidade no mercado. Dessa forma, a produtividade no setor econômico aumentará.

Newton de Castro, do Sebrae-DF, destaca o fato de as microempresas, grandes responsáveis pela geração de emprego e renda no país, ainda sofrerem com o excesso de burocracia, com a falta de crédito e alta tributação.

– Trata-se de código que deverá uniformizar, dar transparência e simplificar as legislações existentes com relação às obrigações e direitos das micro e pequenas empresas – anima-se Gilvane Felipe, superintendente do Sebrae em Goiás.

Divergências conceituais sobre as "pequenas"

Existem hoje várias definições de microempresa e empresa de pequeno porte. Para enquadramento no Simples, é definida como microempresa a que tiver faturamento anual inferior a R\$ 120 mil. Já o próprio Estatuto das Micro e Pequenas Empresas prevê um limite maior (R\$ 244 mil), usado em ações na Justiça, programas de financiamento etc. Na maioria dos países, porém, não se utiliza conceito de faturamento, mas o de número de funcionários.

CPI DOS CORREIOS Expectativa de instalação da comissão de inquérito mobiliza Congresso esta semana

Comissão da Câmara analisa recurso



A possibilidade de instalação da CPI dos Correios está diretamente ligada ao resultado da reunião que a Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara realiza esta semana para analisar o parecer do deputado Inaldo Leitão (PL-PB). O parlamentar prometeu entregar nesta segunda-feira uma análise técnica do recurso do deputado João Leão (PL-BA) à decisão do presidente do Congresso, senador Renan Calheiros, para quem o requerimento que pede a criação da CPI atende a todos os requisitos constitucionais. Contrariamente, Leão considera o requerimento inconstitucional, pois não determinou o fato a ser investigado. Segundo previsões, o relator deve

concordar com essa interpretação. Se prosperarem as negociações conduzidas por Eduardo Suplicy (PT-SP), entre outros, o requerimento pode ser emendado, restringindo a ação da CPI às irregularidades denunciadas apenas nos Correios, excluindo apurações sobre possíveis fraudes em outras estatais. Qualquer que seja o resultado, a oposição busca alternativas para ver instalada no Congresso uma CPI para apurar denúncias de corrupção nas estatais. Renan já garantiu que, seja o que for decidido na CCJ da Câmara, caso os líderes dos partidos governistas não indiquem os integrantes da CPI até quarta-feira, ele tomará a iniciativa em lugar das lideranças. Assim, a oposição cogita pedir vistas do relatório de Leitão, que não seria analisado antes das indicações

pelo presidente do Congresso e, conseqüentemente, da instalação da CPI. Dessa forma, ainda que o governo consiga aprovar a interpretação de que a CPI é inconstitucional, até que o parecer da CCJ chegue aos Plenários da Câmara e do Senado a comissão de inquérito já estaria em funcionamento e precisaria ser interrompida, causando mais desgaste ao governo. Por outro lado, se a tese da inconstitucionalidade sair vencedora na Câmara, a oposição anuncia que vai tentar instalar a CPI apenas no Senado. Jefferson Péres (PDT-AM) já estaria colhendo assinaturas para isso. Paralelamente, há a expectativa de que a CPI dos Bingos, criada em março do ano passado, seja finalmente instalada no Senado, o que ainda depende de decisão do Supremo Tribunal Federal.

Para oposição, há motivos claros que justificam a investigação

Na expectativa da análise pela CCJ da Câmara do recurso apresentado por João Leão questionando a criação da CPI, senadores da oposição contestaram os argumentos do deputado, considerando que a iniciativa seria uma manobra meramente protelatória.

– Assinamos a CPI e esperamos que ela seja instalada. Há fato concreto, consumado – afirmou Leonel Pavan (PSDB-SC), referindo-se ao recurso.



Jorge Bornhausen

Nessa linha, o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) declarou que “não podem ser aceitas manobras protelatórias, regimentais ou não, que encubram a determinação de não investigar”. Já Jorge Bornhausen (PFL-SC) alertou que o governo estará

atentando contra a democracia se insistir em abafar ou impedir a instalação da CPI.

Ao lembrar que alguns dos envolvidos no escândalo dos Correios foram flagrados recebendo propina, Alvaro Dias (PSDB-PR) protestou.

– Tentar abafar a instalação da CPI sob o argumento de que ela é inconstitucional por não existir fato determinado representa uma aberração jurídica – disse Alvaro.

No mesmo sentido, o líder Arthur Virgílio (PSDB-AM) condenou a tentativa de impedir a comissão de inquérito.

– Se aquilo ali não é fato determinado, eu não sei o que é – observou.

CÉLIO AZEVEDO



Sessão do Congresso, de 25 de maio, em que foi criada a CPI dos Correios

CPI do Proer foi arquivada por falta de fato determinado

Em março de 1996, a falta de um “fato determinado”, como manda a Constituição, levou ao encerramento da recém-instalada CPI do Senado que investigaria o Programa de Recuperação de Bancos (o Proer), que levou ao fechamento de bancos como o Nacional e o Econômico. Esse é o argumento usado pelo deputado João Leão (PL-BA) no recurso que pede o arquivamento da CPI dos Correios.

Apesar de contar com uma ementa clara – “investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios” –, o requerimento da CPI amplia a investigação para outras estatais, sem especificar o motivo. Em certo trecho, o requerimento afirma que reportagem da revista *Veja* traz “referências à existência de esquemas semelhantes em outras estatais” e remete o detalhamento à matéria jornalística, transcrita no documento.

Na CPI do Proer, o requerimento que a criou previa a apuração da “responsabilidade civil ou criminal de agentes públicos ou privados do sistema financeiro que, por ação ou omissão, possam ter causado prejuízos à União”.

– Que agentes? Que prejuízos? Isso é poder de investigação desmedido, inadmissível em um Estado de direito – afirma o parecer do então senador José Ignácio Ferreira, aprovado na CCJ e no Plenário do Senado.

Em sua argumentação, Ignácio citou Celso de Mello, para quem “constitui verdadeiro abuso instaurar-se inquérito legislativo com o fito de investigar fatos genericamente enunciados, vagos ou indefinidos. O objeto da Comissão de Inquérito há de ser preciso”.

José Jorge: Palocci deve explicar denúncias de compra de votos

O senador José Jorge (PFL-PE) apresentou na sexta-feira requerimento convidando o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para dar explicações na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre acusações de que é responsável pela compra de votos de deputados para derrubar a CPI dos Correios. Matérias jornalísticas denunciavam que Palocci está prometendo a liberação



José Jorge

de recursos de emendas individuais para o Orçamento de 2005 no valor de R\$ 1,5 milhão para cada deputado que votar contra a instalação da CPI.

– Isso é um absurdo nunca

visto antes no Brasil, inclusive de forma explícita como está aqui. Lamento que o ministro, responsável por nossa economia, e que precisa ter o respeito de todos os brasileiros, esteja entrando, por assim dizer, no mundo cão da compra de votos de deputados – afirmou José Jorge.

Ao comentar as reportagens, Arthur Virgílio (PSDB-AM) recomendou que o ministro tenha cuidado para não manchar sua credibilidade nem aprofundar a crise econômica. Ele considerou “gravíssimo” o fato de o ministro estar se envolvendo nessas negociações.

Supremo pode concluir decisão sobre bingos

Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) pode levar, em breve, à instalação da CPI dos Bingos, criada em março de 2004, mas arquivada pelo então presidente do Senado, senador José Sarney (PMDB-AP). A notícia foi divulgada pelos senadores Jefferson Péres (PDT-AM), José Agripino (PFL-RN), Alvaro Dias (PSDB-PR), José Jorge (PFL-PE) e Pedro Simon (PMDB-RS), que estiveram na semana passada com o ministro do STF, Eros Grau, que pediu vista dos mandados de segurança da oposição questionando a decisão de Sarney de não indicar membros para a instalação da CPI. Os senadores esperam que a votação no Supremo seja concluída até o final do mês.

No momento em que a votação foi interrompida por Grau, quatro dos 11 ministros haviam



Informação foi divulgada por Agripino e por outros quatro senadores, após visita ao STF

concordado com a argumentação do ministro-relator, Celso de Mello, de que o presidente do Senado deve indicar integrantes para as CPIs caso os líderes não o façam. De acordo com o voto do relator, a não instalação da comissão de inquérito fere os direitos da Minoria, já que os

requisitos constitucionais para a criação de uma CPI (assinatura de um terço dos membros da Casa, fato e prazo determinados) estavam atendidos.

Assim, mesmo sem regra explícita no Regimento do Senado, o presidente da Casa teria que aplicar regras análogas, que existem tanto no Regimento Comum, quanto no Regimento da Câmara. Os ministros Marco Aurélio, Sepúlveda Pertence e Ayres de Brito já acompanharam o voto de Celso de Mello.

Na sexta-feira, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) contestou a notícia publicada na *Folha de S. Paulo* de que o presidente do STF, ministro Nelson Jobim, iria adiar para o segundo semestre a retomada do julgamento das ações que levariam à instalação da Comissão de Inquérito dos Bingos.

CPI DOS CORREIOS Denúncias de prática de corrupção na estatal continuam dominando os debates no Plenário

Oposição repele manobras contra CPI



Mecanismos utilizados pelo governo para evitar a instalação da CPI dos Correios foram

condenados pelos senadores de oposição durante a última semana. Para eles, os recursos usados são os mesmos de que o governo passado lançava mão.

Para a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), parlamentares da base do governo e da oposição "repetem a mesma verbosidade e o velho balcão de negócios do tempo de FHC", invertendo apenas suas posições. Ela sugeriu que a população use a Internet para protestar junto aos parlamentares contrários à CPI.

Osmar Dias (PDT-PR) lem-

brou que, por ter assinado o requerimento de criação da CPI da Corrupção, em 2001, sofreu pressão até ser expulso do seu antigo partido, o PSDB. Para ele, o governo Lula deveria agir de outra forma.

– O PT recorre aos mesmos argumentos que o PSDB usava: que a CPI prejudicaria o país e traria transtornos à economia brasileira. Não se pode avaliar quantos votos o PSDB perdeu nas eleições de 2002 em decorrência disso. As pessoas que votaram no PT esperam que o governo não deixe nada sem ser investigado. É preciso colocar com clareza para a população o que, de fato, está acontecendo. Não queremos manobras que enterrem a investigação.

Já Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou o fato de o governo se servir de pessoas que foram signatárias do requerimento da CPI dos Correios e retiraram suas assinaturas para impedir a instalação.

Ele disse que o presidente da Comissão de Constituição, de Justiça e de Cidadania da Câmara, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), assinou o requerimento e, na madrugada, retirou o nome e aceitou a pressão do governo. "Até aí tudo bem, mas ouvir dele que a CPI é inconstitucional, é fato muito grave", observou.

Alvaro Dias (PSDB-PR) mencionou entre os artifícios con-



Arthur Virgílio observa que 86% das pessoas ouvidas em pesquisa da CNT, divulgada semana passada, defendem a investigação dos fatos

denáveis o incentivo à retirada de assinaturas de parlamentares do requerimento de criação da

comissão de inquérito em troca da liberação de R\$ 400 milhões em emendas individuais.



Ideli Salvatti aponta êxito das operações da Controladoria Geral e da Polícia Federal

Governistas destacam combate à corrupção

Durante os debates sobre a CPI dos Correios, os senadores da base do governo destacaram que o combate à corrupção aumentou na administração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em comparação com os governos anteriores.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) lembrou que a corrupção não é novidade no país e está impregnada há séculos no tecido social. Pelos discursos feitos no Senado, disse ela, parece que "há um mar de lama", mas, assinalou, a economia vai bem e reage com tranqüilidade aos acontecimentos políticos.

Assim como fez Sibá Machado (PT-AC) na sexta-feira, ela ressaltou o papel da Controladoria Geral da União e de órgãos do Ministério da Justiça, entre outros, na ofensiva contra essa prática. Nas operações empreendidas desde o início do governo Lula, afirmou, a Polícia Federal tem constatado que muitos casos começaram há uma década. Nessas operações, informou, a PF já prendeu cerca de 1.200 pessoas.

Sibá disse não poder concordar "que se dê a entender à sociedade brasileira que o nosso presidente não esteja nem um pouco preocupado com as diversas denúncias de corrupção surgidas". As operações de fiscalização e tomada de providências contundentes do governo a respeito de corrupção comprovam isso – destacou.

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), recordou que há 11 anos São Paulo, governado pelo PSDB, não tem uma CPI. Ele afirmou que o governador Geraldo Alckmin mandou arquivar 44 comissões, assim como o governador Aécio Neves, de Minas Gerais, que impediu o funcionamento de uma CPI, ao ordenar a retirada de assinaturas.

Mercadante frisou que o governo Lula vem tomando medidas para coibir irregularidades e aumentar a transparência dos gastos públicos.

Já o líder do PT, senador Delcídio Amaral (MS), observou que "os Correios é uma companhia respeitada, e que os acontecimentos não atingem a idoneidade da instituição".



Quanto mais rápido for instalada a CPI, melhor para o país, argumenta Heráclito Fortes

Defensores da comissão cobram funcionamento

Por identificarem que há uma percepção geral de que a corrupção está disseminada no país, como teria confirmado na semana passada pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), senadores da oposição ao governo entendem que as investigações das denúncias de irregularidades nos Correios e outras empresas estatais devem ser feitas o quanto antes por meio de uma CPI.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) lembrou que o requerimento de criação da CPI foi assinado por 236 deputados federais e 52 senadores, e que 86% dos entrevistados na pesquisa querem as investigações.

– E as pessoas sabem que a cúpula palaciana tem razões concretas para ter medo da CPI – frisou Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC).

Para Almeida Lima (PSDB-SE), somente a CPI pode dar ao povo a demonstração de que a classe política não está deteriorada. Mão Santa (PMDB-PI) comparou a corrupção a uma epidemia que assola o país. Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) destacou que a pesquisa indica que a corrupção tomou da violência o lugar de maior motivo de vergonha do país.

Para Heráclito Fortes (PFL-PI), foi inaugurada nova fase na vida do PT, que deixou de ser ideológico para ser fisiológico. Quanto mais rápido a comissão for instalada, melhor será para o país, disse. Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou que, com a instalação da CPI, o Congresso voltará ao ritmo normal.

Jorge Bornhausen (PFL-SC) registrou que o Congresso poderá ficar desacreditado se não atender ao clamor da sociedade. José Jorge (PFL-PE) entende que as declarações desencontradas do presidente, do tesoureiro e do secretário-geral do PT, José Genoíno, Delúbio Soares e Sílbio Pereira, respectivamente, demonstram que há muito que apurar. Valmir Amaral (PP-DF) se mostrou preocupado com o aumento da corrupção e observou que "as coisas não podem continuar como estão".

Suplicy recebe apoio da oposição e crítica de colegas

Diante das críticas de seus colegas de bancada, Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu sua posição de assinar o requerimento de criação da CPI dos Correios. Segundo ele, essa foi a primeira vez em 25 anos que agiu em desacordo com a orientação do Diretório Nacional do partido e com a decisão da maioria da bancada. O senador recebeu a solidariedade de senadores de outros partidos.

– Ao receber a comunicação de apoios por minha assinatura vindos de todos os cantos do Brasil, sobretudo da enorme base petista, tomei a decisão de assinar a CPI. O que fiz foi pelo bem do PT, do presidente Lula e de seu governo. Há ocasiões na história em que a maioria pode errar. Nesse caso, a decisão do PT não foi correta.

Na terça-feira passada, ele leu carta do teólogo Leonardo Boff: "Você falava a partir da consciência, e eles (seus colegas de partido) falavam a partir da palavra dada. Você falava de ética, e eles de combinações políticas que você teria rompido (...). Você pensou no todo, naquilo que é melhor para o Brasil e para o futuro do presidente Lula".

O senador informou ainda que o presidente do partido, José Genoíno, garantiu que Suplicy será o candidato do PT ao Senado por São Paulo no próximo ano.

O líder do PFL, José Agripino (RN), afirmou que o presidente Lula, ao manifestar-se contra o ato do senador, "também agride o sentimento da opinião pública de ver apontados os culpados".

Heloísa Helena (PSOL-AL) defendeu Suplicy por acreditar que a fidelidade partidária está mais relacionada ao programa e aos princípios partidários do que às decisões de sua cúpula.

– Eles sabem que, se expulsarem Suplicy, haverá repercussão negativa para as candidaturas do PT ao governo do estado e à

Presidência da República.

José Jorge (PFL-PE) refutou argumentos de Sibá Machado (PT-AC) de que o PT seria aberto à diferença. José Jorge relatou que Cristovam Buarque (PT-DF) foi punido por críticas ao ministro da Casa Civil, José Dirceu, e, por isso, teria retirado sua candidatura ao governo do Distrito Federal.

Os argumentos dos petistas

Capitaneados pelo líder do partido na Casa, Delcídio Amaral (MS), os senadores do PT condenaram Suplicy por ter assinado o requerimento para a criação da CPI dos Correios. "Construímos um acordo, e ele não foi cumprido" afirmou Delcídio, que falou em quebra de confiança.

A senadora Ideli Salvatti (SC) disse que Delcídio estava retra-



Eduardo Suplicy: "Há ocasiões na história em que a maioria pode errar"

tando o sentimento da maioria da bancada do PT no Senado.

Na mesma linha, Tião Viana (AC) considerou que Suplicy agiu contra o princípio de unidade, "fundamental para o PT". Paulo Paim (RS) considerou que Suplicy se precipitou, já que haveria um entendimento com outros senadores petistas no sentido de todos apresentarem suas assinaturas ao mesmo tempo, caso ficasse constatado que a criação da comissão de inquérito era irreversível.

CPI DOS CORREIOS Parlamentares e especialistas consideram a investigação essencial para apurar irregularidades

Senadores avaliam o papel das CPIs



Senadores há mais de dois mandatos, Jefferson Péres (PDT-AM), Pedro Simon (PMDB-RS) e Eduardo Suplicy (PT-SP) conhecem os meandros das investigações parlamentares e defendem a importância das comissões parlamentares de inquérito (CPIs) como fiscalizadoras dos atos dos poderes Executivo e Judiciário e investigadoras dos problemas que insultam os direitos nacionais e os dos cidadãos.

Com a morosidade da Justiça brasileira, segundo Simon, a CPI tem sido mecanismo utilizado em momentos de gravidade. Esse foi o caso, lembrou, da apuração das denúncias contra Paulo César Farias, tesoureiro da campanha de Fernando Collor à Presidência da República, que acabaram por levar ao processo de *impeachment* do então presidente. A

CPI dos "anões do Orçamento", que levou à cassação do mandato de diversos parlamentares envolvidos com roubo do dinheiro público, e a do sistema financeiro, que apurou a corrupção existente em vários órgãos, são outros exemplos da credibilidade desse instrumento citados por Simon. O senador sustenta que o papel do Legislativo é concluir

as apurações e encaminhar os resultados ao procurador-geral da República. "A CPI não é um instrumento para ser banalizado", avalia.

Jefferson Péres enfatiza que não há segurança prévia sobre os resultados das CPIs.

Muitas prestaram grandes serviços ao país, outras se frustraram com resultados pífios e, pior ainda, há acusações de que algumas foram utilizadas por seus membros para achacar pessoas ou empresas suspeitas de participação em atos ilícitos – argumenta Jefferson, para quem todas as CPIs deveriam ser concluídas, "mesmo que para dizer que nada foi apurado".

"Os inquéritos parlamentares podem ter resultados satisfatórios ou enfrentar problemas difíceis", ressaltou Eduardo Suplicy (PT-SP), citando o caso da CPI do Banestado. Segundo Suplicy, um desentendimento entre o presidente e o relator dessa CPI dificultou a aprovação do parecer final, que acabou não sendo votado, e dois relatórios foram enviados ao Ministério Público.

Para o senador petista, "uma CPI funciona quando há entendimento entre oposição e situação para apurar o que realmente há de irregularidade e a responsabilidade de quem as cometeu".

Senadores vêm as CPIs como instrumentos de defesa nacional e dos cidadãos

Metade das comissões mistas não foi concluída

A média histórica revela que apenas 50% das CPIs instaladas no Senado concluem seus trabalhos. No Congresso, metade das CPIs mistas também acaba sem conclusão e apresentação dos relatórios. Mesmo assim, especialistas as defendem como instrumento essencial à apuração de irregularidades que afetam os interesses da sociedade.

De acordo com a Constituição, as CPIs têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais. Suas conclusões, quando for o caso, devem ser encaminhadas ao Ministério Público, para a responsabilização civil ou criminal dos infratores.

Autor da obra *Comissões parlamentares de inquérito no Senado Federal – sua história e desempenho no período de 1946 a 1989*, o assessor legislativo Mauro Márcio Oliveira destaca que, das 38 CPIs instaladas no Senado nesse período, apenas 19

chegaram ao relatório final e somente oito apresentaram projeto de resolução, conforme exigência da Lei 1.579/52. Mauro Márcio enfatiza que "os oponentes sobrepõem os governistas na iniciativa de criação de inquéritos e, quando eles são criados, os oponentes dominam a maioria das presidências das comissões, e os governistas, a das relatorias".

Para o cientista político e professor da Universidade de Brasília (UnB) João Paulo Peixoto, a cobrança do Legislativo em relação a seu poder de investigação e de fiscalização "é superior até as suas reais possibilidades de atuação". Segundo o professor, a CPI deve ser instalada mesmo com o risco de não ser concluída, pois sempre há repercussão e consequência direta. O entrave para as CPIs, para João Paulo, "ocorre quando elas são utilizadas para fins eleitorais, o que desvia o



Ao lado de Espiridião Amin (D), Emília Fernandes teve participação marcante na CPI dos Precatórios

CPIs no Senado

| CPI | Instalação | Apuração |
|---|------------|--|
| Judiciário - Para apurar denúncias relativas à existência de irregularidades nos tribunais superiores e regionais | 7/4/1999 | O envolvimento do ex-juiz Nicolau dos Santos Neto no desvio de verbas na construção do fórum trabalhista de São Paulo. Levou à cassação do mandato do então senador Luiz Estevão |
| Precatórios - Para apurar irregularidades na emissão de títulos públicos estaduais e municipais em 1995 e 1996. | 21/03/1996 | Uso de precatórios falsos pelos governos estaduais e municipais para emitir títulos e descontá-los no mercado. A CPI comprovou diversos crimes (falsidade ideológica, formação de quadrilha ou bando, indução à especulação e estelionato) e envolvimento de pessoas físicas e jurídicas |

Algumas das CPIs Mistas

| CPI Mista | Instalação | Apuração |
|--|------------|--|
| Banestado - Para apurar responsabilidades sobre a evasão de divisas para os chamados paraísos fiscais | 18/06/2003 | Envio de remessa ilegal de cerca de R\$ 30 bilhões para o exterior, por meio das chamadas contas CC-5. Segundo o relator, deputado José Mentor (PT-SP), o valor detectado no início da investigação estava abaixo do que realmente foi desviado, calculado entre R\$ 90 e R\$ 150 bilhões. Foram enviados dois relatórios ao Ministério Público. A comissão não aprovou relatório final |
| Orçamento - Para apurar denúncias de corrupção com recursos do Orçamento da União | 20/10/1993 | Esquema de corrupção na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Em outubro de 1993, o ex-diretor do Departamento de Orçamento da União José Carlos Alves dos Santos denunciou esquema de corrupção. Foram acusados 23 parlamentares, ministros e ex-ministros e três governadores de estado de tráfico de influência na distribuição das dotações orçamentárias. O ex-diretor confessou ter recebido US\$ 3 milhões do deputado João Alves (BA), ex-presidente da CMO. Alguns parlamentares foram cassados e outros renunciaram ao cargo |
| PC Farias - Apuração das denúncias de Pedro Collor de Melo, referentes às atividades de Paulo César Farias | 27/05/92 | Denúncias de envolvimento do tesoureiro de campanha de Fernando Collor, Paulo César Farias, em esquema de corrupção integrado por grandes empresas e membros do governo, inclusive o próprio presidente da República. Foram encontrados indícios de corrupção passiva, prevaricação, advocacia administrativa, formação de quadrilha e estelionato. O relatório recomendou quatro punições para Fernando Collor - perda do mandato (que aconteceu com o <i>impeachment</i> do presidente), suspensão dos direitos políticos, confisco dos bens e ressarcimento ao erário |

Inquérito parlamentar teve início na Inglaterra do século 17

As CPIs foram inseridas no ordenamento legal brasileiro em 1934. Ausentes na Constituição de 1937, elas retornaram na Carta de 1946.

As origens dos inquéritos parlamentares remontam ao século 17. O jurista Hely Lopes Meirelles explica que "o Parlamento inglês, descontente com a conduta de Lundy na direção da guerra

contra os irlandeses, nomeou, em 1689, a histórica Select Committee, que concluiu pela traição daquele militar, levando-o a julgamento e condenação pela Coroa".

Nos Estados Unidos, as investigações legislativas são conhecidas como Congressional Investigations. O entendimento é de que nem todas as pessoas e organizações privadas podem ser objeto

de inquéritos parlamentares.

Na França, as comissões devem informar a Assembléia Nacional ou ao Senado fatos particulares, com competência para convocar testemunhas. Lá, a Commission d'Enquête Parlementaire é criada pela vontade da maioria, diferentemente do que ocorre na Alemanha, onde para a instalação das comissões é suficiente o voto de

um quarto dos membros da assembléia.

A Commissioni d'Inchieste Parlamentari, na Itália, realiza as investigações com os mesmos poderes e limitações das autoridades judiciais. Assim como no Brasil, é dado o poder a cada Câmara para constituir as comissões, com obediência ao princípio da proporcionalidade partidária.

ESPECIAL

Renan propõe agenda para desenvolver o país

O presidente do Senado, Renan Calheiros, apresentou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva medidas para reduzir a insegurança jurídica, assegurar a redução da carga tributária e desonerar a cesta básica, entre outras propostas de alcance institucional, econômico e social.

Organizadas como agenda de desenvolvimento para o país, as sugestões, observou Renan, exigem participação do Congresso e do Poder Executivo. O primeiro, na discussão e aprovação da legislação necessária à criação de um ambiente propício ao investimento e à geração de empregos e renda. Já ao Executivo cabe reduzir a insegurança jurídica decorrente, por exemplo, da edição de medidas provisórias que aumentem impostos e alterem contratos.

Renan informou que conversou com o presidente Lula sobre o momento nacional e sobre a comissão parlamentar de inquérito dos Correios. Na conversa, que ele avaliou como positiva, o senador tomou a iniciativa de apresentar "uma proposta de crescimento para o país que trate da superação de entraves de toda

Lula "fez questão de dizer que a decisão será do Congresso Nacional".

Mais segurança jurídica e avanço regulatório

O eixo das mudanças institucionais deve ser a redução da insegurança jurídica, disse o parlamentar, afirmando a necessidade de avançar na definição dos marcos regulatórios. Além disso, ele defendeu a necessidade de dar maior agilidade à Justiça e, portanto, continuar a reforma do Judiciário. Desburocratizar as relações dos cidadãos e das empresas com o Estado também são fatores de segurança jurídica, considerou.

No âmbito da administração pública, a adoção de modelo gerencial, a redução das instâncias decisórias e a diminuição do número de cargos de livre provimento vão "assegurar maior profissionalização, maior efetividade e menor tempo na máquina pública", afirmou.



Renan defende a adoção de "uma agenda suprapartidária de interesse do Brasil"

ordem, de combate à corrupção, de redução da informalidade, enfim, de uma agenda suprapartidária de interesse do Brasil".

Quanto à comissão de inquérito, Renan disse que o presidente

Agenda do crescimento

DE ORDEM SOCIAL

- Desoneração da cesta básica
- Desoneração dos serviços industriais de utilidade pública para classes de menor renda
- Mapeamento de áreas sob risco social
- Inclusão previdenciária e programas específicos

DE ORDEM INSTITUCIONAL

- Redução da insegurança jurídica
- Continuidade da reforma do Judiciário
- Desburocratização
- Reforma política

DE ORDEM ECONÔMICA

- Redução da carga tributária
- Redução das taxas de juros
- Endividamento dos estados e municípios
- Distribuição das contribuições sociais com estados e municípios
- Recuperação de créditos do setor privado
- Tratamento diferenciado para pequenos negócios
- Saneamento
- Desenvolvimento regional

Senadores manifestam apoio à iniciativa

Vários senadores elogiaram em Plenário a iniciativa do presidente da Casa, Renan Calheiros. O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio Neto (AM), garantiu que Renan teria todo o apoio da oposição para colocar em prática os pontos da agenda. Eduardo Suplicy (PT-SP) cumprimentou o presidente do Senado pela elaboração da proposta. Já a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) considerou interessantes as medidas, "com algumas exceções". Sibá

Machado (PT-AC) afirmou que Renan deu exemplo de grandeza. Já o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) disse que a agenda poderia resgatar a dignidade de 50 milhões de brasileiros pobres. Para Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), ao incorporar as propostas da agenda às atividades do Parlamento, Renan está levando em conta os altos interesses do país. Magno Malta (PL-ES) considerou a agenda "um gol de placa" do presidente do Senado.

Presidência

Projeto que exclui empresas de privatização será agilizado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, prometeu à senadora Fátima Cleide (PT-RO) envidar esforços para que os senadores votem logo o Projeto de Lei do Senado 51/04, de autoria da parlamentar, que exclui as Centrais Elétricas de Rondônia, Acre, Alagoas, Amazonas e Piauí do Programa Nacional de Desestatização. - O presidente disse que é parceiro e que vai nos ajudar na tramitação do projeto que está com o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) há um ano. Ele é favorável à aprovação - disse Fátima Cleide.

Ministro italiano visita Senado

Com o intuito de fortalecer os laços entre Brasil e Itália, o ministro dos Italianos no Mundo, Mirko Tremaglia, visitou na quarta-feira o presidente do Senado. O ministro lembrou que o Brasil abriga uma das maiores comunidades

italianas do mundo, chegando a 25 milhões de pessoas. Tremaglia informou que em 2006 os italianos residentes em outros países, e os descendentes que obtiveram cidadania italiana, terão direito a votar e a candidatar-se nas eleições.

Curtas

Avanço na radiodifusão

O presidente do Senado afirmou que a criação da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra) ajuda a democratizar as comunicações no Brasil. Ele compareceu na última terça-feira ao lançamento oficial da entidade,

que começou a se organizar em 2004 e reúne cerca de 100 emissoras de rádio e três grandes redes de televisão: SBT, Rede Bandeirantes e Rede TV!. Vários senadores que estiveram presentes também ressaltaram a importância da pluralidade no setor.

Investimento estrangeiro

Ao receber o presidente do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, Tom Catania, o presidente do Senado fez uma explanação sobre a atual situação política do Brasil e sobre o que o Congresso está fazendo para que o país possa se tornar mais atrativo para captar investimentos estrangeiros. O conselho reúne mais de 40 empresas nacionais e multinacionais.



ROOSEVELT PINHEIRO

Fafá de Belém participou da campanha das Diretas Já, tornando-se um dos símbolos do retorno à democracia

Fafá de Belém recebe homenagem do Senado

A cantora Fafá de Belém, musa da campanha das Diretas Já, foi homenageada na última quinta-feira pelo Senado Federal. Autor do requerimento, o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), cujo pai, Teotônio Vilela, se destacou na campanha pela redemocratização do país, ressaltou "a coragem cívica da artista".

- Fafá é uma cantora de raríssima sensibilidade para com seu tempo e seu povo - enfatizou o senador, que também frisou "a brasilidade" da artista.

A homenagem acontece no ano em que se comemoram 20 anos do retorno da democracia. Durante a solenidade, Fafá cantou em Plenário a música *Menestrel das Alagoas*, de autoria de Milton Nascimento e Fernando Brant, composta

justamente para homenagear Teotônio Vilela, que faleceu em 1983.

De acordo com o senador José Sarney (PMDB-AP), "Fafá enchia de alegria as multidões, sentimento que se juntava aos desejos de democracia e liberdade". Sarney também lembrou do carinho que Tancredo Neves tinha pela cantora.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) reafirmou as palavras de Sarney e disse que estava feliz com a homenagem feita por Teotônio, destacando a importância de seu pai - e de Fafá de Belém - para o retorno da democracia ao país.

Após a homenagem no Senado Federal, a cantora participou de confraternização na residência oficial da Presidência da Casa.

Sessão especial comemora os 60 anos do TSE

Os 60 anos de atividades do Tribunal Superior Eleitoral foram comemorados no Senado, em sessão especial realizada na semana passada. O presidente da Casa, Renan Calheiros, não apenas homenageou o trabalho do tribunal em favor da democracia, como também defendeu celeridade na aprovação da reforma política.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, também pediu a conclusão da reforma. "A responsabilidade da nossa geração é tentar dar tranquilidade aos eleitores e aos políticos", disse.

Renan afirmou que o tribunal é um "emblema de respeitabilidade, competência e símbolo dos mais autênticos da democracia brasileira", citando o presidente do TSE, ministro Carlos Velloso. "O TSE tem sido imprescindível para que a vontade política da população se expresse nas urnas", acrescentou.

Autor do requerimento de homenagem, o senador José Sarney (PMDB-AP) afirmou que o trabalho do tribunal está interligado, desde sua criação, à legitimidade do sistema representativo brasileiro.

Empréstimo a idosos preocupa José Jorge

O senador José Jorge (PFL-PE) comentou em Plenário as repercussões de seu discurso do último dia 11 de maio, em que apresentou projeto de lei proibindo que as instituições financeiras façam propaganda sobre a concessão de empréstimos consignados. O senador acusou o governo federal e os bancos privados de veicularem peças publicitárias incentivando aposentados e pensionistas a se endividarem. Segundo o parlamentar, o Conselho de Autorregulamentação da Publicidade (Conar) já instaurou processo investigatório.

Wirlande da Luz elogia estudo sobre violência doméstica

O senador Wirlande da Luz (PMDB-RR) elogiou pesquisa realizada pelo Senado sobre a violência doméstica contra mulheres no país. Ao mesmo tempo em que protestou contra a realidade revelada pelo levantamento - 50% das entrevistadas agredidas no ambiente doméstico confessaram ter sido atacadas mais de quatro vezes -, o parlamentar assinalou a importância de estudos do gênero para subsidiar o debate e a elaboração de propostas legislativas pelo Congresso. "Estamos diante de um fato social dos mais graves", observou o senador.

TABAGISMO Renan deve se reunir com líderes para agilizar decreto que confirma apoio a tratado internacional

Urgência para projeto que ratifica acordo contra o fumo



Entidades governamentais responsáveis pela política de combate ao fumo e organizações anti-tabagistas aproveitaram o Dia Mundial sem Tabaco, comemorado em 31 de maio, para pedir aos senadores que aprovem o projeto de decreto legislativo que ratifica a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, acordo internacional para a redução do fumo. O presidente do Senado, Renan Calheiros, prometeu empenho para acelerar a votação da matéria (PDL 602/04), que aguarda definição há mais de um ano.

– A discussão do acordo tem sido empurrada com a barriga – lamentou a coordenadora da Rede Tabaco Zero, Paula Johns. Na audiência com o presidente do Senado, o ministro da Saúde, Humberto Costa, pediu pressa na ratificação do acordo, que precisa ser votado até outubro para garantir a vaga do Brasil na Conferência das Partes, primeira reunião dos membros da conven-

ção-quadro.

A ausência no encontro, advertiu a coordenadora do Programa de Controle do Tabagismo do Instituto Nacional do Câncer (Inca), Tânia Cavalcante, impede o país de intervir nas definições gerais da convenção-quadro.

– A presença do Brasil na conferência é fundamental. Ela vai definir quem vai gerir as ações da convenção, os mecanismos para a implementação das metas e os meios de financiamento disponíveis – alertou a coordenadora.

Renan elogia mobilização popular

Humberto Costa entregou a Renan uma petição pública com 24 mil assinaturas solicitando a aprovação do projeto e um documento das entidades que combatem o fumo. O senador elogiou a participação da sociedade e garantiu que vai reunir as lideranças partidárias para definir um calendário de votação urgente do texto, de forma a garantir o assento brasileiro na Conferência das Partes.

– Essa mobilização popular é



Manifestações ressaltando os problemas causados pelo fumo marcam o Dia Mundial sem Tabaco

fundamental, esse abaixo-assinado também. No que depender de mim, essa mobilização servirá para que a gente vote o acordo num prazo razoável – garantiu Renan.

“As assinaturas são só o começo”, comentou Humberto Costa. O ministro anunciou que, entre outras ações, vai incentivar a população a mandar e-mails aos senadores para pedir a aprovação da convenção-quadro.

Para os senadores Tião Viana (PT-AC), Augusto Botelho (PDT-RR) e Aloizio Mercadante (PT-SP), o acordo contra o fumo deve ser aprovado. Líder do governo no Senado, Mercadante ressaltou que a ratificação da convenção-quadro é uma “demonstração da opção do país por um desenvolvimento econômico saudável, que promova a vida”.

Tião Viana: vício mata 200 mil pessoas por ano no país

O senador Tião Viana usou a tribuna para elogiar o resultado do encontro entre o presidente do Senado e o ministro da Saúde. Na ocasião, Renan prometeu agilizar a tramitação do projeto que ratifica a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Presente ao encontro, Viana ressaltou que o acordo é o primeiro tratado de saúde pública da Humanidade. O senador é citado pela maioria das entidades de combate ao fumo como um interlocutor da causa, que

também conta com o apoio de Augusto Botelho (PDT-RR).

– O fumo é um gravíssimo problema de saúde, que sacrifica o SUS e o sistema previdenciário, além de causar 200 mil mortes anuais no Brasil. O prejuízo com a não-ratificação será muito maior – afirmou Viana.

Médico, o senador pelo Acre chamou a atenção para os danos do tabagismo à saúde: o vício está associado ao câncer, a doenças cardíacas e a problemas respiratórios, entre outros.

Avanços no combate

Apesar de ainda não ter ratificado a convenção-quadro, o Brasil já implementou alguns pontos do acordo internacional. “O Brasil está à frente dos demais países”, lembrou o ministro da Saúde, Humberto Costa. Ele comentou ainda que as iniciativas brasileiras são reconhecidas e premiadas no exterior.

Entre as principais ações governamentais, destacam-se as restrições legais à publicidade de cigarro, a proibição de fumar em lugares públicos, além da publicação de fotos com advertências nos maços do produto. O desafio atual é combater o mercado ilegal do tabaco, elevar o preço dos produtos por meio de impostos e viabilizar a substituição da fumicultura.

A participação do país na convenção, segundo o Inca, seria uma garantia de apoio dos demais países-membros e de acesso aos mecanismos de financiamento previstos pelo texto, fundamentais para combater a ilegalidade e para oferecer opções aos produtores de fumo.

Senadores gaúchos querem garantias aos plantadores

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), onde tramita a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) é cuidadoso ao falar do acordo.

– O lado da agricultura deve ser analisado com muita cautela – advertiu o senador, mostrando discordar do Ministério da Saúde, que nega prejuízos à economia dos estados produtores.

A maioria das lavouras de tabaco está na região Sul, onde a fumicultura tem peso político e econômico elevado, aponta pesquisa do Banco Mundial.

Os fumicultores temem que a substituição das plantações possa iniciar uma crise no setor. O Banco Mundial, no entanto, afirma que a mudança é viável, com base em experiências implementadas com sucesso em

municípios do Sul.

A bancada gaúcha é a mais atenta à discussão do acordo. Para o senador Paulo Paim (PT), a ratificação depende da existência de regras de transição que definam os passos da substituição das plantações de fumo.

Sérgio Zambiasi (PTB) também quer definir mecanismos de auxílio aos agricultores na mudança das culturas. Para ele, as discussões nas comissões são a “oportunidade para que o governo assuma publicamente o compromisso de apoiar os trabalhadores rurais e convença os senadores a ratificar o acordo”.

Já o senador Pedro Simon (PMDB) sustenta que o Brasil só deve ratificar o texto junto com os demais países nos quais o setor tabagista é forte, como Cuba e Estados Unidos, para que “não perca poder de barganha”.

Ministro da Saúde diz que convenção não prejudica produtores de tabaco

A pressão dos produtores de fumo tem sido o principal obstáculo à ratificação, pelos senadores, da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, na opinião do ministro da Saúde, Humberto Costa. Ele aproveitou visita ao Senado para dizer aos parlamentares que a aprovação do acordo internacional não vai prejudicar os estados que produzem fumo, especialmente o Rio Grande do Sul.

Esses agricultores, que têm como principal porta-voz a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), condenam o artigo do texto que prevê a substituição do tabaco por outras culturas. Os produtores argumentam que a medida vai causar desemprego no campo, fuga de investimentos externos e diminuição das exportações, entre outros prejuízos.

– Essa idéia é um grande malentendido do lobby do fumo – rebateu o ministro da Saúde. Ele ressaltou que o acordo não proíbe a plantação de tabaco, não gerando, portanto, impactos no curto prazo. A substituição de lavouras de fumo por outras culturas, explicou o ministro, faz parte de um processo que conta com recursos governamentais no financiamento de novas plantações e no amparo aos agricultores.



Humberto Costa (entre Viana e Renan) expõe ações previstas, como a substituição das lavouras de fumo por outras culturas

– Já está prevista uma série de medidas compensatórias – declarou o ministro.

A coordenadora do Programa de Controle do Tabagismo do Inca, Tânia Cavalcante, baseia-se no exemplo indiano para refutar as críticas dos fumicultores. Segundo a coordenadora, a Índia registrou aumento na exportação do tabaco, apesar de

estar na lista dos países que ratificaram a convenção-quadro.

Já a coordenadora da Rede Tabaco Zero, Paula Johns, ressaltou que nem todos os produtores se opõem à convenção-quadro, a exemplo da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul) e do Movimento dos Pequenos Agricultores.

MEIO AMBIENTE No Dia Mundial, comemorado nesta segunda, desmatamento reaquece debates no Congresso

Sob o impacto das más notícias

EDNILSON AGUIAR/SECOM-MT



Toneladas de madeira extraídas ilegalmente na Amazônia atestam agressão ao meio ambiente

Ação de grileiros estimula destruição da selva

O senador Sibá Machado (PT-AC) aponta a grilagem de terras como a grande responsável pelos desmatamentos ilegais.

– Isso tem contribuído para agravar a situação. É de um profissionalismo que chega a impressionar. Essas pessoas têm vasto conhecimento cartorial e amplo conhecimento tecnológico, e têm a seu favor o poder do crime organizado – lamentou.

Mesmo com o aumento dos desmatamentos em Mato Grosso e Rondônia, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) ressalva que houve recuo considerável em seis estados amazônicos, "com reduções superiores a 20% e a 30% no Amazonas, Amapá, Acre, Maranhão e Tocantins".

A situação em Mato Grosso, que responde por 46% dos desmatamentos divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), foi criticada pela senadora Serys Slhessarenko. Ela responsabiliza o governador Blairo Maggi – maior produtor individual de soja do mundo – pelos índices alcançados.

– A expectativa era de que houvesse aumento de 2% da taxa de desmatamento, segundo previsões do Inpe, mas, se alguns estados reduziram o desmatamento, em Mato Grosso e Rondônia houve aumento de 20% e 23%.

O senador João Capiberibe (PSB-AP) fez restrições aos financiamentos de bancos oficiais a projetos de pecuária na região.

– O agronegócio brasileiro e a pecuária avançaram no mesmo ritmo que os desmatamentos. Só o Banco da Amazônia emprestou R\$ 707 milhões para projetos de pecuária bovina – alertou Capiberibe.

Tião Viana (PT-AC) elogiou a ação da Polícia Federal que, há dez dias, culminou com a prisão de 80 pessoas acusadas de crimes ambientais. Segundo o senador, entre elas estão 45 funcionários do Ibama que participavam de desmatamentos.

Segundo Fátima Cleide, as prisões "foram fruto das investigações do Ministério do Meio Ambiente e das iniciativas de combate à corrupção promovidas pelo governo Lula".

Brasil sobe no ranking dos poluidores

O aumento dos desmatamentos na Amazônia anunciado pelo Inpe pode remover o Brasil da já incômoda sexta posição no ranking dos países que mais emitem gás carbono, para o terceiro lugar. A previsão sombria é do secretário-executivo do Fórum Paulista de Mudanças Climáticas, Fábio Feldman. Ambientalista e ex-deputado federal, Feldman acredita que "a marca Brasil fica comprometida com o anúncio dos índices de desmatamento".

– O país está vulnerável diante do mundo, porque os desmatamentos e as queimadas afetam a

qualidade do clima no mundo – lembrou Feldman. O coordenador de pesquisas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Paulo Moutinho, também alertou para a situação, informando que 70% das emissões de gases poluentes vêm do desmatamento. O pesquisador participou de discussão na subcomissão da Câmara dos Deputados que discute a aplicação do Protocolo de Kyoto no Brasil. A convenção internacional, ratificada pelo

Brasil em 2002, entrou em vigor no ano passado. Agora, o Executivo e o Legislativo discutem a regulamentação do mercado de créditos de carbono, que funciona com a compra, por parte de países e empresas poluidoras, de cotas de gases que deixam de ser produzidos por projetos considerados limpos em países em desenvolvimento.

Investir em reflorestamento no Brasil (a floresta em

crescimento "seqüestra" o gás carbono contido na atmosfera) é visto por senadores da Amazônia como uma das opções para frear os desmatamentos.

A senadora Serys Slhessarenko chama a atenção para iniciativas que poderão atrair investidores interessados nos mecanismos de desenvolvimento limpo (MDLs).

Para o senador Valdir Raupp (PMDB-RO), os brasileiros devem promover o desenvolvimento sustentável da região.

– Se o Protocolo de Kyoto também compensar a preservação da floresta natural, evitará que ela seja destruída – avaliou Raupp.

Senado discute projeto contra desmatamento

A Medida Provisória 239/05, que permite ao Executivo editar decreto com o objetivo de deter os desmatamentos em áreas ainda em estudo para a criação de unidades de conservação, foi convertida em projeto de lei na Câmara e agora será analisada pelo Senado. A proposta do Executivo está entre as medidas em que o governo aposta para frear os desmatamentos na Amazônia. O texto original da MP acabou sendo modificado por pressão da bancada ruralista, que conseguiu excluir da proposta a proibição do corte raso de florestas e da vegetação nativa no caso de atividades agropecuárias, obras públicas licenciadas e de outras atividades econômicas em andamento.

Outro mecanismo é o projeto de lei do Executivo (PL 4.776/05) aprovado na semana passada por comissão especial da Câmara e que agora será votado pelo Plenário. A proposta estabelece que até 13 milhões de hectares de florestas na Amazônia poderão ser postos à disposição para concessão de uso sustentável nos próximos dez anos, para combater a grilagem e impedir a privatização de terras públicas.



O Dia Mundial do Meio Ambiente é comemorado nesta segunda-feira pelo país sob o impacto negativo do

aumento dos índices de desmatamento na Amazônia no período 2003/2004. A eles somam-se a prisão de servidores do Ibama e de outros órgãos federais acusados de participarem de ações ilegais de desmatamento e a polêmica em torno de projetos em discussão no Congresso Nacional que estabelecem medidas para deter a destruição de florestas.

As opiniões divergem sobre as causas do desmatamento e da ocupação desordenada de áreas na Amazônia. Enquanto a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) atribui esse quadro à falta de um modelo de desenvolvimento para a região e à explosão do agronegócio, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) aponta como grande vilã a Medida Provisória 2.166/01, que aumentou de 50% para 80% as áreas que devem ser preservadas em cada propriedade rural na

Jefferson Péres



Amazônia. De acordo com Jonas Pinheiro, pessoas que compraram terras na região antes da vigência da MP não aceitam a redução da área que era passível de exploração econômica.

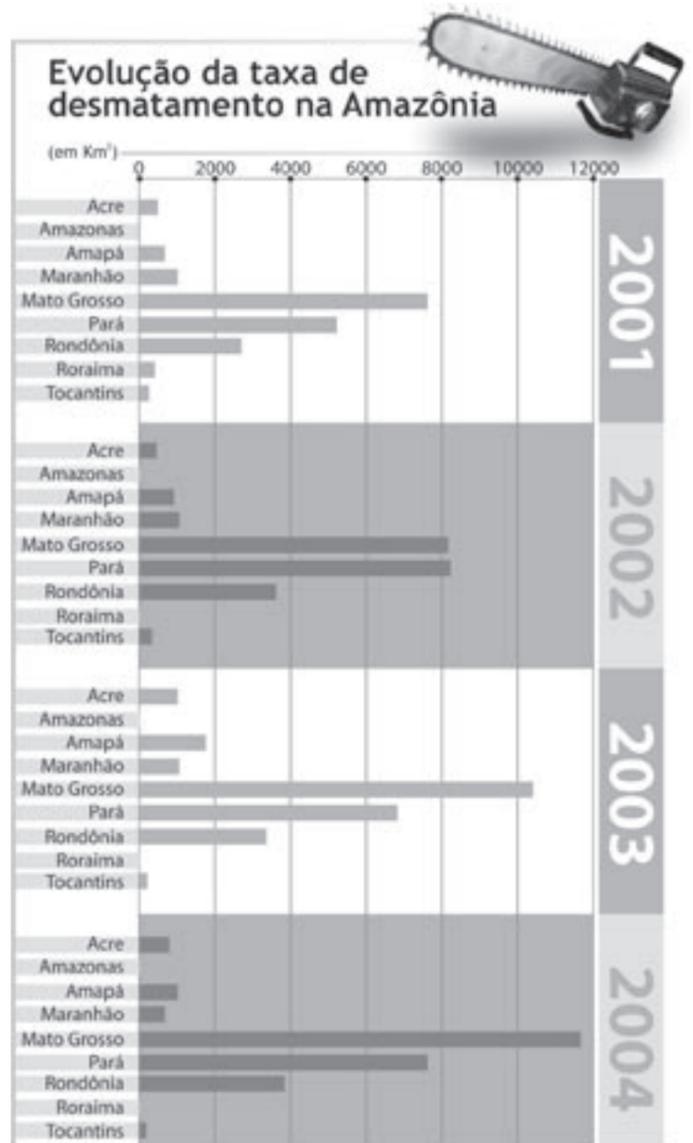
Na Subcomissão da Amazônia, ligada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, foi aprovado requerimento do presidente do colegiado, Jefferson Péres (PT-AM), para que a ministra

do Meio Ambiente, Marina Silva, e o presidente do Ibama, Marcus Barros, sejam convidados para discutir o desmatamento na Amazônia. Jefferson observa que a falta de um modelo de desenvolvimento para a região "é a principal causa da ocupação desordenada, que agride o meio ambiente e não traz benefícios para as populações tradicionais", e que os primeiros passos para mudar o modelo predatório seriam a realização do zoneamento ecológico-econômico e a criação de fontes permanentes de recursos para programas na região. Segundo o senador, o aparato legal e institucional já existe: a Lei de Crimes Ambientais, o Sivam/Sipam, o Ministério do Meio Ambiente, o Ibama e as instituições de pesquisas ligadas à Amazônia.

– Precisamos, agora, de um projeto nacional mostrando como será conduzido o desenvolvimento da Amazônia – completou.

Sem uma decisão que abranja também o aspecto social, ele acredita que não adiantará criar parques e reservas, porque as florestas "continuarão sofrendo invasões".

Já o senador José Jorge (PFL-PE) disse que hoje há "consenso" entre setores do governo e da sociedade civil, que condenam a derrubada de florestas, mas não contribuem para a solução do problema. Segundo ele, "a ministra Marina Silva põe a culpa na sociedade brasileira. Age como se não fosse governo e se exime de culpa".



COMISSÕES

Disputa por verbas atrasa novas regras do Orçamento

Sem chegar a um entendimento sobre o peso que as bancadas e os partidos devem ter na partilha dos recursos que o Congresso decide no Orçamento anual, senadores e deputados que integram a comissão mista temporária de reformulação do processo orçamentário reúnem-se nesta terça-feira, às 19h, para encerrar as negociações e votar a proposta que será entregue ao presidente do Senado, Renan Calheiros.

Durante três dias da semana passada, o presidente da comissão, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), e o deputado Ricardo Barros (PP-PR), relator da matéria, dedicaram-se a superar os impasses que ameaçavam a proposta que deve substituir a

Resolução nº 1 do Congresso, que disciplina desde 2001 o funcionamento da Comissão Mista de Orçamento.

O primeiro deles foi a disputa entre estados ricos e pobres da Federação na partilha do dinheiro destinado às emendas de bancada. A solução encontrada pelo relator estipulou que um terço das verbas será rateado igualmente entre as bancadas. Outro terço obedecerá ao critério da média histórica de alocação de recursos para essas emendas. E o terço restante seguirá as mesmas regras de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que beneficia as unidades mais pobres da Federação, critério que vinha sendo defendido por Fernando Bezerra.

Dois outros pontos continua-



Fernando Bezerra (C) preside reunião, semana passada: negociações devem se encerrar na terça

ram pendentes, após sucessivas reuniões na última quinta-feira. Os senadores querem que a nova resolução expresse o número de emendas de bancada a que têm direito. Ponto nevrálgico do regimento da comissão, que gerou uma verdadeira queda-de-braço entre as duas Casas, os deputados se opõem à manutenção de três emendas de autoria dos senadores, que vigoraram nos orçamentos de 2004 e 2005.

Queda-de-braço entre deputados e senadores

Para contornar esse impasse, o relator concordou em reservar três das 12 emendas de ban-

cada para os senadores. Essa decisão, entretanto, enfrenta a resistência de vários deputados, que entendem que as alocações para projetos estruturantes acabaram se tornando emendas individuais – uma forma, na avaliação do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), de contrabalançar a participação do Senado nas decisões das bancadas, em que o número de deputados é muito superior.

Outra questão que estaria dificultando a acomodação de pressões é a divisão de recursos entre as bancadas e os partidos, segundo o relator indicado para o Orçamento de 2006, o deputa-

do Carlito Merss (PT-SC). De um número expressivo, variando de 18 a 23, dependendo do tamanho da bancada, essas emendas coletivas caíram para 12.

O PMDB, que, geralmente, fica com as áreas temáticas que envolvem mais recursos, como a de infra-estrutura, não abre mão de assegurar a maior fatia das verbas (55% do total) com os relatores setoriais. A proposta do deputado Pedro Novais (PMDB-MA) é que apenas 25% dos recursos das emendas coletivas sejam decididas pelas bancadas. Os 20% restantes ficam com o relator-geral, ponto em que não há divergência.

Senadores debatem crescimento do PIB e pedem revisão das metas

A desaceleração do crescimento econômico repercutiu na base governista e entre os parlamentares da oposição no Senado. Conforme divulgou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na semana passada, no primeiro trimestre do ano, o produto interno bruto (PIB) subiu apenas 0,3%, comparativamente ao quarto trimestre de 2004 – a menor expansão desde o segundo trimestre de 2003, quando o percentual foi de apenas 0,1%.

Para especialistas, os juros mais altos tiveram impacto especialmente sobre o consumo das famílias e os investimentos, que acabaram sendo os principais responsáveis pela redução no ritmo das atividades econômicas.

Ainda segundo o IBGE, o único segmento a manter desempenho positivo foi o exportador. A agropecuária manteve-se como a única atividade a apresentar resultados melhores em relação aos últimos três meses do ano passado.

A indústria registrou queda – em torno de 1% –, assim como o setor de serviços, com baixa de 0,2%. O IBGE também reviu os números sobre a expansão da economia relativos a 2004, de 5,2% para 4,9%. Em relação ao primeiro trimestre do ano passado, o PIB cresceu

2,9%, fechando o ano de 2004 com o acumulado de R\$ 1,76 trilhão.

Oposição e governo pedem juros menores

Nos debates em Plenário sobre o tema, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou o baixo crescimento e a postura do governo, que, para ele, “comemorou a retração econômica”.

– Como comemorar, quando o governo adota uma política econômica na contramão da proposta desenvolvimentista, uma política econômica de taxas de juros escorchantes e carga tributária brutal, impiedosa? O que o Executivo pode comemorar, isso sim, é o recorde de superávit primário – disse.

A política de metas de inflação adotada pelo governo foi a principal responsável, na avaliação do líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), pela desaceleração do ritmo de

crescimento da economia.

O parlamentar quer a revisão da meta de 4,5% de inflação traçada para 2005, que ele considera ambiciosa, e atribuiu a responsabilidade pelo recuo nos resultados econômicos ao patamar ainda alto dos juros e às sucessivas desvalorizações do real perante o dólar.

– O governo deve rever a meta de inflação de 4,5%. Deve manter em 5,5%, projeção feita para 2004, ou em 5,1%. Isso vai permitir que a inflação continue em queda.

Ainda sobre os números da economia brasileira divulgados pelo IBGE, o líder governista destacou os 4,9% de crescimento do PIB no ano passado, “o melhor resultado em dez anos”; o saldo comercial de US\$ 35 bilhões; o superávit de US\$ 11,7 bilhões nas transações correntes com o exterior; e a redução de 61% para 51% da relação dívida pública/PIB.

Recuperação só deve vir no segundo semestre

Conforme a pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Mérida Medina, a expectativa é de melhora na economia somente no segundo semestre. A expansão de apenas 0,3% mostrou que a economia estava mais parada do que se imaginava, segundo Mérida Medina.

– Existiam sinais de paralisação em alguns setores, mas mesmo assim houve surpresa. Apostávamos que a economia cresceria mais – afirmou.

No consumo das famílias foi registrada redução de 0,6%. A compra de bens duráveis manteve-se em alta, mas foi bastante afetada pela queda na compra de alimentos.

– Há muito os supermercados se queixavam da queda nas vendas – completou Medina.

Sobre a redução de 3% nos investimentos, ela atribuiu parte ao fato de a construção civil estar “muito estocada” e parte à redução da produção e venda de máquinas agrícolas.

Distribuição de renda ainda é calcanhar-de-aquiles

O Ipea também divulgou dados recentes produzidos por diversas instituições governamentais sobre demografia, educação, saúde, trabalho, renda, moradia e segurança. O Radar Social informa a



Marcelo Crivella

existência de 53,9 milhões de brasileiros considerados pobres e afirma que o país tem uma das piores distribuições de renda do mundo, em que 1% dos brasileiros mais ricos detém parcela de renda semelhante à da metade dos brasileiros mais pobres.

O índice de Gini (mede o grau de desigualdade na renda *per capita*) de 130 países selecio-

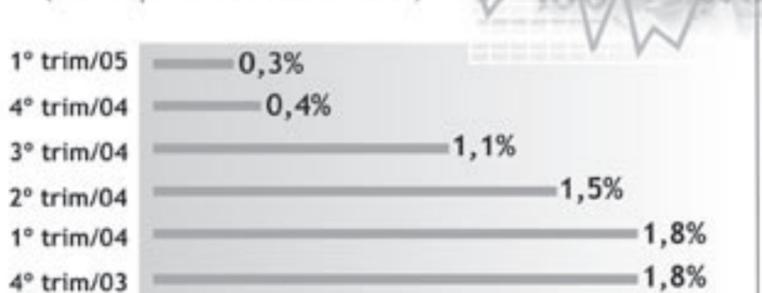
nados coloca o Brasil em penúltimo lugar, à frente apenas de Serra Leoa.

Ao comentar os números, o senador José Jorge (PFL-PE) disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não se preocupa em cumprir as promessas eleitorais de combater os problemas sociais.

Para o senador Marcelo Crivella (PL-RJ), a desigualdade social é o principal problema no país.

– O senhor governa embalado no sonho de que é possível mudar o Brasil sem tocar nos reais interesses das classes. Assim não vamos conseguir nada – ressaltou.

Crescimento do PIB (em relação ao trimestre anterior)



Fonte: IBGE

COMISSÕES

CAE quer saber quais prefeituras infringiram lei fiscal

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou requerimento de informações do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) ao Ministério da Fazenda sobre as prefeituras que desrespeitaram, nos últimos anos, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a exemplo do que teria feito o município de São Paulo. A lei obriga os prefeitos a administrarem as despesas dentro dos limites

orçamentários anuais.

Em dezembro passado, o Ministério da Fazenda informou ao Senado que a então prefeita de São Paulo Marta Suplicy teria descumprido a lei ao promover modificações no contrato da prefeitura com o Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz), o que teria resultado no aumento do endividamento do município sem autorização desta Casa.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou que solicitará o comparecerem ao Senado dos prefeitos que o Ministério da Fazenda informou que descumpriram a lei, da mesma forma como Marta Suplicy foi convidada. Conforme o presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), a ex-prefeita de São

Paulo ainda não compareceu à comissão por problemas de agenda.

Mercadante afirmou que, com o requerimento, pretende assegurar que todos os municípios em situação semelhante – segundo ele, Rio de Janeiro, Salvador e Araçatuba, entre outros – sejam investigados. E destacou que as medidas punitivas não atingem apenas o administrador, mas também a cidade, que passa a ter que enfrentar limitações no refinanciamento de dívidas.

No debate, Romeu Tuma (PFL-SP) ressaltou que o fato de outras prefeituras terem descumprido a Lei de Responsabilidade Fiscal não isenta de apuração todos os casos e lembrou que a denúncia contra São Paulo partiu do Ministério da Fazenda. Já César Borges (PFL-BA) disse que o caso da prefeitura de São Paulo foi o único que chegou ao conhecimento do Senado e garantiu que não há situação semelhante em Salvador.



Antonio Carlos Magalhães, presidente, e o líder do PT, Delcídio Amaral, durante a reunião da CCJ que aprovou 36 requerimentos

Despesas com cartões corporativos sob análise

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou 36 requerimentos do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) para que ministérios, secretarias de Estado e várias instituições públicas prestem informações sobre a utilização de cartões de crédito corporativos por ministros e outros servidores.

Os requerimentos foram acolhidos com 14 votos favoráveis e 8 contrários, pois alguns senadores defendiam um pedido de auditoria por parte do Tribunal de Contas da União, alegando que muitas das informações seriam alvo de sigilo bancário.

O cartão corporativo é uma espécie de cartão de crédito utilizado por funcionários da administração pública federal para pagamento de diárias, passagens aéreas, compra de materiais e pequenos serviços, como chaveiro. Pelas regras, o usuário deve justificar os saques em dinheiro.

Arthur Virgílio quer saber quais os gastos de cada instituição com cartões corporativos, principal-

mente no período entre o ano de 2003 até os dias de hoje, os nomes dos funcionários beneficiados e os gastos de cada um.

– As informações visam dar mais transparência à forma pela qual estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos – justificou Virgílio.

Um outro requerimento do senador foi parcialmente aprovado. Ele solicitava informações à Presidência da República sobre o uso dos cartões corporativos entre os anos de 1995 a 2002 e, especificamente, de seis ex-ministros do governo Fernando Henrique Cardoso, o que, segundo entendimento do relator da matéria, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), violaria o princípio do sigilo bancário. Será encaminhado apenas pedido sobre a quantidade de funcionários autorizados a utilizar os cartões de crédito corporativos pela Secretaria Geral da Presidência da República e os seus respectivos nomes.



Mercadante: medidas punitivas atingem administrador e também o município

Renegociação para produtores é adiada

A pedido do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiu adiar para esta semana a votação do projeto do senador César Borges (PFL-BA) que permite a renegociação das dívidas dos mini e pequenos produtores rurais e de suas cooperativas e associações, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O substitutivo do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) também incluiu na repactuação das dívidas

municípios ao norte do Espírito Santo e de Minas Gerais.

O PLS 517/03 beneficia pequenos agricultores que tenham contraído dívidas entre R\$ 30 mil e R\$ 50 mil ao longo dos últimos anos. A exemplo de Jonas Pinheiro, os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) insistiram na tese de que a decisão sobre a matéria, devido ao grande interesse social, não deveria ser protelada. Mas o

líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), informou que a equipe econômica ainda está realizando um levantamento para saber a real situação dos agricultores que necessitam, de fato, renegociar as suas dívidas.

Jonas Pinheiro disse que a maioria dos agricultores enfrenta sérias dificuldades econômicas, principalmente por causa da queda de preços e da quebra de safra, provocada por secas ou enchentes.

Senado acompanha a crise institucional em Rondônia

A comissão especial externa criada para acompanhar as denúncias de corrupção em Rondônia foi instalada e terá como presidente o senador Sibá Machado (PT-AC). Augusto Botelho (PDT-RR) será o vice-presidente e Demostenes Torres (PFL-GO), o relator.



Sibá Machado

A crise começou com a divulgação, na TV Globo, do conteúdo de fitas de vídeo mostrando sete deputados estaduais pedindo propina ao governador Ivo Cassol (PSDB) em troca de votos na assembléia legislativa.

Também são membros da comissão os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Amir Lando (PMDB-RO). Os suplentes são os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Magno Malta (PL-ES), João Alberto Souza (PMDB-MA), Fátima Cleide (PT-RO) e Heloísa Helena (PSOL-AL). A comissão tem 30 dias para apresentar seu relatório final e já realizou uma primeira reunião para aprovar um plano de trabalho.

Dirceu não vê por que comparecer a comissão

O chefe da Casa Civil, José Dirceu, considerou desnecessário seu comparecimento à audiência pública que seria realizada na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) para esclarecer os senadores sobre projeto do governo de transformar a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) em sociedade de economia mista, conforme ofício enviado ao presidente da CI, senador Heráclito Fortes (PFL-PI).

A presença do ministro foi requerida pelo senador Almeida Lima (PSDB-SE) com base em notícias da imprensa e aprovado pela comissão em 13 de maio.

José Dirceu informa que a Infraero deve ser vinculada ao Ministério da Defesa, mas coloca-se “à disposição caso seja outro o entendimento da comissão”.

– Acredito que minha participação na audiência pública não trará contribuição significativa para a discussão do tema, tendo em vista que o assunto nem sequer foi cogitado no âmbito do governo federal – acrescenta o chefe da Casa Civil.

Caberá à comissão decidir se aceita ou não as ponderações do ministro José Dirceu, uma vez que se trata de uma convocação.

Corte de serviços sem aviso pode ser proibido

Empresas concessionárias e permissionárias de serviço público, como as de gás, água e energia elétrica, poderão ser obrigadas a informar os consumidores, com 15 dias de antecedência, sobre a suspensão dos bens e serviços prestados em caso de inadimplência. A CCJ aprovou, em turno suplementar, substitutivo do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) ao projeto do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ). O texto resultou de voto em se-

parado do senador Fernando Bezerra (PTB-RN).

– Com a nova regra, os consumidores terão o direito de receber a cobrança “surpresa” em conta separada – afirmou Fernando Bezerra em Plenário.

Para Cabral, a norma pode corrigir a prática de fazer medição por amostragem por vários meses, cobrando a diferença em um único mês, o que prejudica o consumidor.

O projeto depende ainda de exame da Câmara.

Olívio Dutra falará na CCJ sobre saneamento

Para discutir projeto de lei do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que fixa diretrizes nacionais para o saneamento básico, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou requerimento do senador César Borges (PFL-BA). A primeira reunião, em data ainda a ser marcada, será com o ministro das Cidades, Olívio Dutra.

Também serão ouvidos os presidentes da Associação das Empresas de Saneamento Bá-

sico Estaduais, Vitor Fernando Bertini; do Fórum Nacional de Secretários de Saneamento, Frederico Antunes; da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento, Silvério da Costa; e da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski.

O projeto, segundo Camata, busca universalizar o acesso ao abastecimento de água e à coleta e destinação de esgotos sanitários.

COMISSÕES

Arns assume subcomissão e promete ampliar debates

A Subcomissão de Ciência e Tecnologia da Comissão de Educação elegeu por unanimidade o senador Flávio Arns (PT-PR) e a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) para ocuparem os cargos de presidente e vice-presidente, respectivamente, do colegiado.

Após anunciar que deverá seguir a mesma metodologia de trabalho descentralizado do presidente da CE, senador Hélio Costa (PMDB-MG), Flávio Arns disse que, entre as principais tarefas da subcomissão, deverão estar o acompanhamento

e discussão de projetos de pesquisa científica e tecnológica financiados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, o aprofundamento dos debates sobre o Projeto Genoma e a Lei de Biossegurança.

– Deveremos examinar ainda a biodiversidade, com todos os seus desafios, e a implantação da TV digital no Brasil (*ver matéria abaixo*). Analisaremos também o Pro-Software, linha de financiamento do BNDES para a aquisição de programas desenvolvidos no país – adiantou Flávio Arns.

Segundo o novo presidente da Subcomissão de Ciência e Tecnologia, já foi aprovada a realização de audiências públicas para debater a participação internacional na Base de Alcântara (MA) e a construção da usina nuclear Angra III.

O senador Marco Maciel (PFL-PE) lembrou que a subcomissão é estratégica. Na sua opinião, as nações que não se desenvolverem tecnologicamente ficarão relegadas à periferia nesse setor.



JOSÉ CRUZ

Arns: Projeto Genoma e biossegurança estão entre as prioridades da subcomissão

Nova regra visa estimular canais universitários de TV

O canal destinado atualmente pelas emissoras de televisão a cabo às universidades poderá ser utilizado também por instituições de ensino superior credenciadas pelo Ministério da Educação e que tenham no mínimo 70% de seus cursos reconhecidos com o conceito “bom” pelo sistema de avaliação adotado pelo governo. A medida consta do Projeto de Lei da Câmara 108/01, que recebeu parecer favorável da Comissão de Educação e será ainda examinado pelo Plenário.

O texto aprovado foi um substitutivo elaborado pelo relator da matéria, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), que condiciona a participação das instituições de ensino superior a uma boa avaliação pelo atual sistema MEC-Inep ou por “qualquer

outro sistema de avaliação” que o governo venha a adotar.

Na discussão do projeto, o senador Hélio Costa (PMDB-MG), presidente da comissão, anunciou a intenção de apresentar, em Plenário, emenda destinada a impedir que a mudança aumente os custos das emissoras de televisão a cabo.

Leonel Pavan (PSDB-SC) sugeriu que as emissoras locais tivessem prioridade na numeração dos canais, mas o relator considerou que a medida poderia ser mais bem tratada na regulamentação da matéria. Eduardo Azeredo (PSDB-MG), por sua vez, pediu solução para a participação da Universidade Federal de Ouro Preto no canal universitário local, atualmente sob a responsabilidade de uma instituição privada.

TV digital vai ser debatida em audiência pública

A Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social da Comissão de Educação aprovou oito requerimentos para realização de audiências públicas, entre elas a que vai discutir a implantação da TV digital no Brasil, de autoria dos senadores Hélio Costa (PMDB-MG) e Sérgio Cabral (PMDB-RJ).

Deverá ser promovida também, por proposta de Roberto Saturnino (PT-RJ) e Paulo Paim (PT-RS), audiência sobre “Regionalização da produção audiovisual para a TV”, com o objetivo de discutir formas de harmonizar a cultura nacional e os interesses das grandes emissoras.

Os senadores Demostenes Torres (PFL-GO) e Paim solicitaram

audiência para discutir a aplicação dos recursos do Fundo de Universalização das Telecomunicações (Fust), com a presença do ministro das Comunicações. Outra audiência pública, sobre pirataria na indústria do audiovisual, foi solicitada por Romeu Tuma (PFL-SP) e Paim.

A pedido dos senadores Flávio Arns (PT-PR), Hélio Costa e Sérgio Cabral, a subcomissão também deverá debater a regulamentação da concorrência na transmissão de imagens por telefone celular. Estão ainda previstas audiências públicas sobre retransmissão de TV institucional, aperfeiçoamento da Lei do Audiovisual e indústria cinematográfica.

Projetos prioritários para ajudar municípios

A Subcomissão de Assuntos Municipais decidiu lutar pela rápida aprovação de três projetos de lei, em discussão no Congresso, que vão aumentar a arrecadação e reduzir os custos das prefeituras. A posição foi tomada durante reunião que teve a presença de prefeitos que participaram, no Senado, de assembleia geral extraordinária da Confederação Nacional dos Municípios.

O primeiro projeto (PLS 194/04) determina a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para compra de equipamentos destinados aos órgãos de segurança pública. A segunda proposta (PLS 57/03) autoriza as prefeituras a permitir que bancos cobrem sua dívida ativa, mediante pagamento de um percentual do valor. O terceiro, em tramitação na Câmara, regulamenta os convênios que as prefeituras devem assinar com a União para que aquelas possam cobrar a arrecadação do Imposto Territorial Rural (ITR).

O presidente da Subcomissão de Assuntos Municipais, sena-



MÁRCIA KALUME

Garibaldi Alves (D) irá procurar presidente da Câmara para pedir urgência em aprovação de proposta sobre o ITR

dor Garibaldi Alves (PMDB-RN), irá com o senador César Borges (PFL-BA) ao presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, pedir que o projeto que trata dos convênios do ITR seja colocado na pauta de votações dos deputados. Eles também pretendem conversar com o deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), que vem relatando a parte final da reforma tributária.

Durante a reunião, o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) defendeu o projeto sobre a cobrança da dívida ativa, de

sua autoria, ponderando que mais de 90% das prefeituras não têm condições técnicas de cobrar dívidas.

Hélio Costa (PMDB-MG), por sua vez, sugeriu a aprovação da proposta da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) que reabre negociações entre a União, estados e municípios sobre dívidas consolidadas no governo passado (PLS 42/04). Ele entende que os estados e os municípios não estão conseguindo pagar os juros à União e ainda investir e manter seus serviços à população.

Fritsch: exportação de peixe pode aumentar

Em audiência realizada na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), o ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, José Fritsch, disse que o Brasil pode aumentar em dez vezes sua participação no mercado internacional de pescado. O país vende atualmente pouco mais de 1 milhão de toneladas por ano, mas, para o ministro, pode comercializar 10 milhões de toneladas anuais.

Para que o Brasil aproveite seu potencial no setor, entretanto, é preciso que o incentivo à piscicultura leve em consideração toda a cadeia produtiva.

– Devemos priorizar a organização e consolidação da cadeia

produtiva. Nos preocupamos com a produção, com a qualidade genética, mas precisamos de frigo-



CÉLIO AZEVEDO

José Fritsch: precisamos de frigoríficos e de mais organização

ríficos e comercializar o pescado – observou Fritsch.

Autor do requerimento para a

realização da audiência pública, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) disse que não foi pago o auxílio financeiro prometido pelo governo federal aos pescadores durante o defeso – quando a pesca é proibida para favorecer a reprodução.

– Eles estão em desespero. Vivem da solidariedade e da distribuição de cestas básicas pelos sindicatos, mas não se pagou luz, água ou gás – afirmou Pavan.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) assinalou que o Pará é o maior produtor de pescado do Brasil, mas não possui terminal pesqueiro, considerado por ele “prioridade zero”. Em resposta, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) informou que o governo estuda a utilização de uma área da Eletronorte para construir um terminal pesqueiro no Pará.

Proposta coíbe propaganda indesejada

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) concedeu vista coletiva ao projeto de lei do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) que proíbe os fornecedores de serviços de veicular publicidade enquanto o consumidor aguarda, ao telefone, o atendimento a suas reclamações ou informações (PLS 31/05). O pedido de vista foi feito pelos senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

O relator do projeto, senador Valdir Raupp (PMDB-RO),

apresentou voto pela aprovação da matéria. Ele argumenta que “não é possível aceitar essa prática condenável de muitas centrais de atendimento, que, além de aborrecer o consumidor, acaba por retardar a resposta às suas solicitações”.

O projeto tramita em decisão terminativa, o que dispensa a votação em Plenário, caso não haja recurso de pelo menos nove senadores.

A comissão aprovou ainda o projeto de lei da Câmara (PLC 65/04) que obriga o arquivamento de cópias de toda pesquisa científica ou cultural que seja realizada nas estações ecológicas ou em áreas de proteção ambiental. Segundo o autor, o ministro e deputado licenciado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), a medida enriquecerá o acervo das estações e aumentará o turismo e as atividades culturais nesses locais.

Para Sibá Machado (PT-AC), a população local tem o direito de se beneficiar do conteúdo dessas pesquisas. “Não vai coibir a biopirataria, mas é um bom começo”, avaliou.

COMISSÕES



Devido à discussão acalorada entre Sibá e Fraga, sessão é interrompida por alguns minutos

Tensão nas audiências da CPI da Terra

As audiências realizadas na última semana pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra – criada para investigar desvios de verbas destinadas à reforma agrária – foram marcadas por tensão. Representantes da Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca) e da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab) depuseram perante a comissão, mas se recusaram a responder às perguntas dos deputados da bancada ruralista.

A sessão ficou tensa após o deputado Alberto Fraga (sem partido-DF) acusar o deputado Adão Pretto (PT-RS) de ter escondido um criminoso em sua casa. Fraga e o deputado Zé Geraldo (PT-PA) discutiram e quase se agrediram. Fraga lembrou o caso do juiz Nicolau dos Santos Neto, que se negou a responder a questionamentos de uma CPI e mesmo assim acabou preso. O senador Sibá Machado (PT-AC) e a deputada Luci Choinacki (PT-SC) reagiram contra a comparação, o

que gerou discussão entre os parlamentares. A deputada prestou solidariedade aos trabalhadores que compareceram à CPI e disse que o movimento organizado dos trabalhadores sem-terra “incomoda” os poderosos.

Para acalmar os ânimos, o presidente da CPI, Alvaro Dias (PSDB-PR), interrompeu a audiência por alguns minutos.

No Plenário do Senado, Fátima Cleide (PT-RO) repudiou as agressões verbais do deputado Alberto Fraga à deputada Luci.

Depoentes negam ser "laranjas"

A Anca e a Concrab tiveram seus sigilos fiscal e bancário quebrados pela CPI da Terra com o objetivo de se investigar suas fontes de recursos.

Emerson Rodrigues da Silva, Edmilson José de Pinho e Orlando Vieira de Araújo, ex-funcionários das entidades, negaram ter sido “laranjas” e afirmaram que se sentiam prejudicados por terem sido assim chamados pela imprensa.

O deputado Abelardo Lupion

(PFL-PR) disse que, de acordo com dados da comissão, foram sacados pelos três funcionários mais de 3,5 milhões. Os depoentes afirmaram que os valores não constam de suas declarações de renda porque os cheques pertenciam às entidades e não a eles próprios.

O ex-secretário-executivo da Anca José Trevisol prestou depoimento mesmo sem ter seu nome agendado pela CPI. Ele negou que a entidade tenha

utilizado recursos públicos em planos de previdência privada, conforme teria revelado a quebra de sigilo da Anca.

Elmano de Freitas, advogado das entidades, explicou que os recursos utilizados por Trevisol eram verba privada da Anca, depositada no Bradesco. Ele disse que as verbas governamentais destinadas à Anca e à Concrab foram depositadas no Banco do Brasil, respeitando exigência legal.

Índios tapebas do Ceará pedem demarcação

Em visita à aldeia dos índios tapebas, no município cearense de Caucaia, os integrantes da CPI da Terra ouviram pedidos para a demarcação de terras indígenas. Em 1986, os tapebas viviam em uma área de mais de 30 mil hectares, e hoje reivindicam a posse sobre 4,6 mil hectares.

Segundo Jeferson Souza da Silva, do Fórum da Zona Costeira, que representa entidades da região, os grileiros disputam as terras com comunidades que vivem nas áreas há mais de cem anos. Ele afirmou que os conflitos podem ser resolvidos com o laudo de controle dominial, capaz de

dar o embasamento jurídico para solucionar as disputas.

Para o relator da CPI, deputado João Alfredo (PT-CE), a perícia da cadeia dominial é uma forma de resolver a questão sem que o governo tenha de arcar com todos os custos de desapropriação.

O representante da Articulação dos Povos Indígenas no Nordeste, Minas e Espírito Santo (Apoinme), Dourado Tapeba, denunciou a violência contra os índios.



Integrantes da CPI da Terra, em visita à região, ouvem relatos sobre ação de grileiros

A deputada Íris Tavares (PT-CE) relatou a ação de pistoleiros e o deputado José Maria Pimenta (PSDB-CE) propôs estatizar os cartórios de registro de imóveis.

Trabalhador só poderá erguer carga até 30kg

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto de Marcelo Crivella (PL-RJ) que fixa em 30 quilos a carga máxima que um trabalhador pode remover, individualmente. Votada em caráter terminativo, a proposição (PLS 19/03) segue para a Câmara, a não ser que requerimento assinado por pelo menos nove senadores peça votação em Plenário.

Na justificativa, o relator, sena-

dor Ney Suassuna (PMDB-PB), argumenta que o artigo da CLT que fixa em 60 quilos a carga máxima a ser suportada pelo trabalhador está ultrapassado, diante da mecanização hoje existente.

A CAS examinou, ainda, Projeto da Câmara 13/05 proibindo descontos nos salários dos empregados domésticos. Crivella, relator da matéria, apresentou substitutivo limitando exigências

para admissão de empregados domésticos. Ideli Salvatti (PT-SC) pediu vista da proposta.

Por iniciativa de seu presidente, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), a CAS aprovou requerimento para apreciação, em conjunto com as comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Relações Exteriores (CRE), da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.

DESARMAMENTO

Frente parlamentar define ações contra uso de armas

A Frente Parlamentar Mista por um Brasil Sem Armas deve se reunir nesta terça-feira para discutir e aprovar seu estatuto. O movimento pretende organizar e mobilizar a política e a sociedade brasileira pelo fim da comercialização de armas de fogo e munições em todo o país. A consulta pode ser feita à população em 2 de outubro deste ano, se o projeto de decreto legislativo (PDC 1.274/04) que regulamenta a realização do referendo for aprovado pelo Congresso ainda este mês.

Na reunião da semana passada, quando estiveram presentes mães de jovens vítimas da violência, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) – autor do projeto – afirmou que os trabalhos da frente devem contar com a participação de entidades da sociedade civil, como igrejas e sindicatos. Em

ato simbólico promovido na última quarta-feira pelo Comitê Nacional de Vítimas da Violência (Convive) para pedir agilidade na votação da matéria, Renan destacou que a luta pelo desarmamento não teria avançado sem a mobilização da sociedade.

A proposta da frente parlamentar prevê a realização de campanhas em todo o país, inclusive pelos meios de comunicação, para informar sobre a importância do desarmamento e sobre o referendo. Outra ação prevista é a promoção de pesquisas e debates e a elaboração de estudos, sempre com ênfase nas vantagens da proibição do comércio de armas de fogo. Aloizio Mercadante (PT-SP) sugeriu que um plano de trabalho que envolva a sociedade civil seja elaborado na reunião desta terça-feira.



Ao participar de ato pelo desarmamento, Renan destaca a importância da mobilização popular na luta contra a violência

Juvêncio: população reprovava campanha do governo

Para o senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), a campanha de desarmamento promovida pelo Ministério da Justiça constituiu propaganda enganosa, já que não corresponde ao que a população esperava do governo em termos de redução dos índices de violência.

Em discurso no Plenário, ele citou pesquisa da CNT/Instituto Sensus, que, em sua avaliação, comprova que a população não aprovou o método adotado pelo governo, de desarmar por meio da compra de armas de fogo em posse de cidadãos.

Pela pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes, à pergunta de como resolver o problema da violência, 34%

dos pesquisados apontaram o item “penas mais rigorosas” como a medida mais indicada. A segunda alternativa, “programas sociais”, foi sugerida como solução por 32,1% dos entrevistados, informou o senador. Outros 23,2% optaram pela melhoria das polícias.

– Pelo estudo, somente 9,6% indicaram o desarmamento da população como solução para a violência no país – enfatizou o senador.

Juvêncio ressaltou que serão gastos cerca de R\$ 200 milhões na campanha de desarmamento. Para ele, a despesa é injustificada, já que o governo não investe nem isso em infraestrutura no interior do país.

CAS aprova recondução de Maierovitch à direção da Anvisa

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou a recondução de Cláudio Maierovitch como diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A decisão vai a Plenário.

Durante a sabatina, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) enalteceu o papel da Anvisa.

Em resposta ao senador Wirlande da Luz (PMDB-RR),

Maierovitch enfatizou que os municípios devem receber maior volume de recursos do governo. Flávio Arns (PT-PR) salientou que ações de prevenção são mais eficientes do que ações reparadoras.

Em seu parecer, Ideli Salvatti (PT-SC) destacou que o indicado possui amplo conhecimento da agência, concluindo ser o nome adequado ao cargo.

PLENÁRIO

Plano deve democratizar acesso a bens culturais

A proposta de emenda à Constituição que institui o Plano Nacional de Cultura, com duração plurianual, foi aprovada na quarta-feira pelos senadores, em segundo e último turno, e vai agora à promulgação pelas Mesas do Senado e da Câmara, em sessão solene do Congresso.

Conforme a proposição (PEC 57/03), o plano terá como objetivos o desenvolvimento cultural do país e a integração das ações do poder público que conduzem à defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro, à produção, promoção e difusão de bens culturais, à democratização do acesso aos bens culturais e à valorização da diversidade étnica e regional, entre outras metas.

O autor da proposta, deputado Gilmar Machado (PT-MG), destaca, na justificativa, que "a necessidade premente da elaboração do plano deve-se ao fato de que a cultura no país ainda não se constituiu em aspecto importante no rol das políticas públicas, o que é atestado pelos

ínfimos recursos que a ela são dedicados".

– Muito ainda precisa ser feito para que a cultura se constitua, de fato, num direito de todos e não um privilégio de poucos. O Plano Nacional de Cultura sinaliza nessa direção, ao ter como pressuposto básico a efetiva democratização do acesso aos bens culturais – argumenta o parlamentar.

Ele observa ainda que, "neste início de século e milênio, no contexto histórico da pós-modernidade, a cultura constitui-se no patrimônio simbólico mais importante da nação, sendo um vetor indispensável do desenvolvimento socioeconômico e cultural".

Na discussão da matéria em Plenário, o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) chamou a atenção para a importância de se instituir o Plano Nacional de Cultura.

– Estamos sendo aculturados pelas potências hegemônicas porque não temos um plano nacional de cultura – alertou.

Novos embaixadores na França, Peru e Senegal

Os senadores aprovaram, na quarta-feira, a indicação da embaixadora Vera Pedrosa Martins de Almeida para chefiar a chancelaria brasileira na França. Também foram acolhidas mensagens do presidente da República indicando Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro para a embaixada no Peru e Kátia Godinho Gilaberte para o Senegal.

Depois de ter ocupado as embaixadas na Holanda, no Equador e na Dinamarca, Vera Pedrosa terá, no posto em Paris, a missão de representar o Brasil num dos principais países da Europa, com cerca de 60 milhões de ha-

bitantes. Integrante do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), a França já manifestou, por meio do presidente Jacques Chirac, apoio à pretensão brasileira de ter assento permanente no colegiado.

Em reunião no mesmo dia, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou parecer favorável às indicações dos novos embaixadores do Brasil no Tadjiquistão, no Suriname e em Angola. Desses três países, Angola, segundo o Ministério das Relações Exteriores, é o que deverá oferecer significativas oportunidades de negócios.

França apóia pleito do Brasil para integrar Conselho de Segurança da ONU

Programação monetária é acolhida pelo Plenário

As programações monetárias para o terceiro e o quarto trimestres de 2004 e para o primeiro e o segundo trimestres de 2005 receberam aprovação do Senado, na última semana. Com a criação do Plano Real, em junho de 1995, o Banco Central passou a ser obrigado a submeter ao Senado essa programação a cada trimestre.

Vários senadores criticaram o formato atual da apreciação da programação do governo. O próprio relator dos quatro projetos de decreto legislativo (PDLs), o líder do PT, senador Delcídio Amaral (MS), disse que a aprovação "tornou-se um ritual inócuo". Ele lembrou que existem proposições legislativas

visando aperfeiçoar o sistema.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou que o modelo atual é um faz-de-conta, justificando assim seu voto contrário. Almeida Lima (PSDB-SE) pediu que a matéria fosse retirada da ordem do dia, alegando que os avulsos não tinham sido colocados à disposição dos senadores. O presidente do Senado, Renan Calheiros, mostrou que os avulsos estavam disponíveis, mas ressaltou a necessidade de uma consolidação das leis brasileiras. Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) observou que os PDLs foram discutidos na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



Maria do Carmo Alves lembra que lei garante mesmos direitos a filhos naturais e adotivos



Filho adotivo, João Batista Motta emociona-se durante sessão em que emenda foi aprovada

Mãe adotante pode ter direito a licença

O Plenário do Senado aprovou na quarta-feira, por unanimidade, proposta de emenda constitucional (PEC) da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) que assegura licença-maternidade à trabalhadora que adotar criança. O benefício, no caso de adoção civil, só existe para servidoras públicas federais.

Para concluir a votação em primeiro turno, os senadores terão de deliberar sobre uma emenda, o que só ocorrerá depois que forem examinadas seis medidas provisórias que, assinadas há mais de 45 dias, passaram, no final da sessão, a obstruir a pauta. Após a análise da emenda, a PEC será submetida a segundo turno de votação e, se mantida a aprovação, seguirá para a Câmara dos Deputados.

Conforme a proposta, a licença à mulher adotante será, no mínimo, de 30 dias e, no máximo, de 120 dias. Haverá necessidade de

uma regulamentação pelo Executivo, para se definirem detalhes como duração da licença e idade da criança adotada.

O Plenário viveu momentos de emoção quando o senador João Batista Motta (PMDB-ES), com lágrimas nos olhos, lembrou que foi adotado, aos três meses, por um casal de agricultores pobres de João Neiva (ES). Depois, informou aos repórteres que outros irmãos também tinham sido adotados e que sua mãe biológica morrera aos 27 anos de idade.

Maria do Carmo Alves, autora da proposta, argumenta que a lei brasileira já reconhece que filhos naturais e adotivos gozam dos mesmos direitos, não se justificando, portanto, que a mãe adotante tenha tratamento diferente da mãe biológica. Lembra ainda que à servidora

federal que adotar já é assegurada licença-maternidade de até 90 dias, se a criança tiver até um ano de idade.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou que "a mãe é aquela que cria os filhos, adotados ou não", e, assim, não há sentido em discriminar a mãe adotante. Também apoiaram a PEC Sibá

Machado (PT-AC), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Aloizio Mercadante (PT-SP), Marcelo Crivella (PL-RJ), Magno Malta (PL-ES), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Serys

Shlessarenko (PT-MT), Sérgio Cabral (PMDB-RJ), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Flávio Arns (PT-PR), Patrícia Saboya (PPS-CE) e Delcídio Amaral (PT-MS). O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que se sentia feliz em ver este projeto aprovado durante sua gestão.

"Mãe é aquela que cria os filhos, adotados ou não", afirma Heloísa Helena

Aprovados membros do Conselho do MP

O Plenário aprovou, em votação secreta e nominal, na quarta-feira, os 13 nomes indicados para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que terá a incumbência de promover o controle externo da instituição. Os integrantes do colegiado serão agora nomeados pelo presidente da República.

Foram acolhidos os nomes da procuradora regional Janice Agostinho Barreto Ascari, enviado pelo Ministério Público da União (MPU); da subprocuradora-geral do Trabalho Ivana Auxiliadora Mendonça Santos; do procurador de Justiça Militar Osmar Machado Fernandes; do promotor de Justiça do Distrito Federal Gaspar Antônio Viegas, escolhido pelo MPU; dos representantes do Ministério Público de Goiás, Paulo Sérgio Prata Resende; de Alagoas, Luciano Chagas da Silva; e do Espírito Santo, Saint'Clair Luiz do Nasci-



Simon argumenta a favor da procuradora Janice Ascari, aprovada para o novo órgão

mento Júnior – estes, indicados pelo MP dos estados.

Também foram acolhidos os nomes do juiz da Justiça do Trabalho de Pernambuco, Hugo Cavalcanti Melo Filho, indicado pelo Supremo Tribunal Federal (STF); do juiz da 1ª Vara da Seção Judiciária de Sergipe, Ricardo César Mandarin Barreto, designado pelo Superior Tribunal

de Justiça (STJ); dos advogados Francisco Ernando Uchoa Lima e Luiz Carlos Lopes Madeira, remetidos pela Ordem dos Advogados do Brasil; do advogado Francisco de Albuquerque Silva, escolhido pela Câmara dos Deputados; e do advogado-geral do Senado, Alberto Cascais Meleiro, indicado pela Casa.

O Conselho Nacional do Ministério Público, criado no âmbito da reforma do Judiciário – Emenda constitucional 45/04, aprovada pelo Congresso Nacional no final de 2003 –, terá como finalidade promover o controle externo da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais dos procuradores. Constituído por 14 integrantes, o colegiado tem como membro nato o procurador-geral da República, que também será nomeado pelo presidente da República.

Indicação de procuradora gera polêmica

O parecer que provocou maior discussão foi o da indicação da procuradora Janice Ascari. Jefferson Péres (PDT-AM) informou que Eduardo Jorge, ex-secretário-geral da Presidência no governo Fernando Henrique, lhe disse, recentemente, que Janice faltara à verdade ao depor no Senado, em agosto de 2000, sobre os motivos que levaram o MP a investigá-

lo sobre suposta participação, não comprovada, no desvio de verbas da construção do Fórum Trabalhista de São Paulo.

Pedro Simon (PMDB-RS) comunicou que, conforme relato do procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, Janice Ascari não teve participação na geração da denúncia. Ela apenas teria usado levantamentos de outro

procurador.

Em discurso emocionado, Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) defendeu a reputação de Eduardo Jorge, mas se pronunciou pela aprovação da procuradora. "Voto em Janice, em favor da instituição do Ministério Público, que a elegeu", disse ele, lamentando os "excessos cometidos" pela procuradora no caso Eduardo Jorge.

PLENÁRIO

Raupp cobra Complexo do Rio Madeira

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu a efetiva implantação do Complexo do Rio Madeira, que engloba a construção de duas hidrelétricas e de uma hidrovía, e que, afirmou, terá enorme impacto positivo nas áreas de transporte e energia da região Norte. As hidrelétricas previstas – do rio Santo Antônio e de Jirau – irão gerar, juntas, 7 mil megawatts. O complexo produzirá 50 mil empregos diretos e 200 mil indiretos a um custo de US\$ 5 bilhões.

Rodovia pode baratear soja, diz Luiz Otávio

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) defendeu a pavimentação da Rodovia Santarém-Cuiabá, que, segundo ele, poderá ajudar muito no escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste, especialmente da soja, contribuindo para o barateamento do produto e, em sua opinião, tornando a soja brasileira mais barata que a produzida nos Estados Unidos. Ele participou de reunião com o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, para discutir pendências do projeto.

Magno Malta teme avanço das drogas no Espírito Santo

Preocupado com o avanço do consumo e do tráfico de drogas em seu estado, o senador Magno Malta (PL-ES) revelou que a violência dos criminosos vem crescendo de forma avassaladora.

– O estado é o quarto maior consumidor de drogas no país – ressaltou Magno Malta, citando manchetes recentes dos principais jornais de Vitória sobre a apreensão de drogas em poder de policiais, estudantes universitários, médicos e pessoas conhecidas da sociedade.

Augusto alerta para aumento da obesidade no país

Um dos senadores médicos da atual legislatura, Augusto Botelho (PDT-RR) advertiu que 21 em cada 100 brasileiros (39 milhões de pessoas) estão como excesso de peso, problema que já afeta seriamente a saúde pública nos Estados Unidos e na Europa. A obesidade, explicou, leva a várias doenças de difícil controle, como diabetes, problemas cardíacos, hipertensão e algumas formas de câncer. Ele lamentou que a política do governo contra a obesidade ainda seja "tímida".

Crise no setor rural repercute no Senado

Enquanto produtores rurais realizavam manifestações em vários estados na semana passada, para chamar atenção sobre a crise na agropecuária, 6 mil trabalhadores do setor abraçaram simbolicamente o Congresso em defesa de seus interesses, como a reforma agrária e a agricultura familiar. Porta-voz dos trabalhadores, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Manoel dos Santos, foi recebido pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

Ao se manifestar sobre os pleitos dos produtores, Jonas Pinheiro (PFL-MT) pediu ao governo atenção urgente para os problemas do setor, ocasionados por queda do dólar, seca nas regiões Sul e Centro-Oeste e excesso de chuvas em outras regiões. Nezinho Alencar (PSB-TO) também alertou para o quadro de crise em seu estado.

Edison Lobão (PFL-MA) afirmou que os agricultores não vão honrar compromissos com a safra se o dólar continuar em baixa.

Tebet diz que Pantanal está esquecido

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que o Pantanal, Patrimônio da Humanidade, não tem um projeto de longo prazo. Lembrando que esta semana será dedicada ao meio ambiente, ele disse acreditar que não há nada para festejar.

Segundo Tebet, o projeto que existia, o Programa Pantanal, criado por convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da ordem de US\$ 400 milhões, foi deixado de lado.

Teotonio critica a transposição do São Francisco

O senador Teotonio Vilela (PSDB-AL) voltou a criticar o projeto de transposição das águas do rio São Francisco, dizendo que o governo faz uma propaganda "mentirosa e irresponsável" desse programa. Ele contestou o cálculo do governo, segundo o qual 12 milhões de pessoas serão beneficiadas pela transposição. – Somente daqui a 25 anos deverá haver 12 milhões de habitantes na área afetada pela transposição – disse Teotonio, informando que 3 milhões de pessoas vivem hoje na região. O senador também questionou os cálculos do Ministério da Integração Nacional quanto ao volume de águas que deverá ser desviado. "É falsa a intenção de retirar apenas 26 m³/s, ou é falsa a idéia da irrigação", afirmou. O projeto, concluiu, tem a oposição do Banco Mundial e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).



Osmar Dias pede atenção para seguro safra, uma proteção em caso de adversidades climáticas

Já Pedro Simon (PMDB-RS) fez apelo para a compra do excedente da produção gaúcha de arroz, enquanto Paulo Paim (PT-RS) destacou a importância dessa cultura no estado, onde gera 300 mil empregos.

O líder do PDT, Osmar Dias (PR), cobrou atenção para o seguro da safra, que protege o agricultor em caso de intempéries. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, deve ser ouvido, pois é na sua pasta "que



Delcídio anuncia prorrogação de débitos e ampliação do orçamento para a agricultura

se encontram os obstáculos". Maguito Vilela (PMDB-GO) também apoiou os produtores.

O líder do PT, Delcídio Amaro (MS), informou que o governo vai prorrogar débitos de custeio e de investimento e restabelecer a política de preço mínimo, além de suplementar o orçamento do setor em R\$ 1 bilhão. Ideli Salvatti (PT-SC) anunciou a liberação de R\$ 400 milhões do seguro agrícola para 210 mil famílias atingidas pela seca.



Ramez Tebet

As ações previstas contemplariam cerca de 40 municípios da bacia do Alto Paraguai, beneficiando aproximadamente 2,4 milhões de habitantes, incluindo 39 aldeias indígenas. Mas só foram usados US\$ 4 milhões, a maior parte para o pagamento de encargos e juros, justamente pela não-utilização do

empréstimo. Agora, o Ministério do Meio Ambiente pretende cancelar o financiamento, acrescentou.

– Com esses recursos, agora sob ameaça, poderíamos estabelecer um projeto coerente de desenvolvimento sustentado, dar qualidade de vida ao nosso povo e preservar nosso patrimônio ambiental – afirmou.

Garibaldi elogia projeto: 9 milhões serão beneficiados

Em resposta ao discurso de Teotonio Vilela [veja reportagem à esquerda], o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ratificou a informação do governo de que a obra beneficiará 12 milhões de pessoas.

– Quem foi do Poder Executivo sabe que, quando se faz uma obra, não é apenas para o momento atual, mas para uma projeção da população. Serão 12 milhões de pessoas beneficiadas. De imediato, serão 9 milhões – esclareceu Garibaldi, informando ainda que os reservatórios representam 8% da água disponível no Nordeste, enquanto o rio São Francisco representa 80% desse total.

O representante potiguar disse desconhecer a informação dada por Teotonio, segundo a qual o Banco Mundial teria desaprovado a obra. De acordo com Garibaldi, o banco não foi acionado para financiá-la. Ele corrigiu ainda os dados de vazão máxima apresentados por Teotonio: o número correto seria de 63 m³/s.

João Alberto sugere que PEC seja aprovada

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) pediu ao Plenário a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 13/03, por ele relatada na Comissão de Constituição e Justiça, que altera os procedimentos para a criação de novos municípios, delegando essa responsabilidade exclusivamente às assembleias legislativas. O projeto prevê a realização de estudos de viabilidade e de uma consulta à população da área diretamente interessada antes que um novo município seja criado. Atualmente, é necessário que uma lei complementar, votada no Congresso Nacional, autorize a emancipação. – A aprovação da PEC vai proporcionar uma saudável descentralização da presença do Estado no interior do nosso país, colocando a ação pública mais perto do povo – argumentou João Alberto.

Fiquene e Leite defendem divisão do Maranhão

Em seu primeiro discurso em Plenário, o senador Antônio Leite (PMDB-MA) anunciou que seu principal objetivo é a luta pela criação do estado do Maranhão do Sul, cuja capital seria a cidade de Imperatriz. Leite é o 2º suplente do peemedebista João Alberto Souza, em licença para tratamento de saúde, e assume em substituição ao 1º suplente, Ribamar Fiquene, também defensor da criação do novo estado, que teria 49 municípios e cerca de 1 milhão de habitantes.

Isenção de PIS e Cofins para ônibus e medicamentos

O senador Osmar Dias (PDT-PR) defendeu a aprovação de projeto de lei (PLS 125/05) que isenta as tarifas de ônibus urbanos e os medicamentos do pagamento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

– Um trabalhador gasta em torno de 35% do salário mínimo todos os meses para locomover-se entre o trabalho e sua residência, perdendo a oportunidade de ter uma alimentação e um vestuário melhores – calculou.

Proibição de venda à vista com mesmo preço de parcelada

Projeto de lei (PLS 191/05) do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) pune a venda de produtos e serviços mediante a sistemática de pagamento a prazo pelo preço à vista, acrescentando a proibição de tal prática no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 1990) e na Lei 10.962/04. O projeto pune com prisão e multa a recusa, pelo vendedor, de conceder desconto sobre os juros incorporados às prestações na hipótese de o consumidor se dispor a antecipar as parcelas.

Efraim propõe nova universidade para a Paraíba

O senador Efraim Morais (PFL-PB) defendeu a criação da Universidade Federal do Sertão Paraibano, que representará, para ele, um marco histórico na busca pela superação do subdesenvolvimento do sertão da Paraíba. – Trata-se de uma instituição estratégica para o crescimento sustentável da região – afirmou o senador, lembrando que pesquisas acadêmicas podem gerar e difundir ciência e tecnologia adaptadas à região.

PLENÁRIO

Paim quer comissão especial do mínimo

O senador Paulo Paim (PT-RS) fez um apelo para a imediata instalação da Comissão Especial do Salário Mínimo, cujo objetivo principal seria elaborar uma política permanente para o mínimo, visando à recuperação de seu poder aquisitivo, até ser capaz de prover alimentação, moradia, saúde, educação e lazer para o trabalhador e sua família, como prevê a Constituição. O Senado já indicou seus integrantes, mas a Câmara ainda não fez o mesmo.

Paim lembrou que a recente pesquisa da publicação *Radar Social*, realizada pelo Instituto de Pesquisa Social Aplicada (Ipea), mostra que 31,7% dos brasileiros (53,9 milhões de pessoas) estão abaixo da linha de pobreza, ou seja, recebem até meio salário mínimo *per capita* mensal.

– Por mais insuficiente que

seja um salário de R\$ 300, seria bom se todos esses brasileiros pudessem receber um mínimo. Além disso, a pobreza no Brasil tem cor, uma vez que 44,1% desses pobres são negros, enquanto 20,5% são brancos. Não seria legítimo defendermos políticas afirmativas que protejam os afrodescendentes? – perguntou.

Paim manifestou sua satisfação ao divulgar que o governo federal iniciou o pagamento do Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) aos produtores que perderam suas plantações na estiagem do último verão.

Segundo o senador, somente no Rio Grande do Sul, 187 mil agricultores receberam o seguro. Nos três estados do Sul, 465 mil serão beneficiados. Implantado



Paim cobra instalação do colegiado que vai propor política para salário mínimo

no governo Lula após décadas de reivindicações dos produtores, o Seaf é, para o senador, uma arma eficaz para garantir tranquilidade ao agricultor.

Com o Seaf, observou, um produtor que fez empréstimo para custeio junto ao Programa de Agricultura Familiar (Pronaf) e sofreu perdas acima de 30% terá cobertura total do valor financiado.

Mercadante rejeita populismo fiscal

O Executivo deve trabalhar para aumentar a eficiência da máquina pública e melhorar a capacidade de investimento do setor público, mas deve também continuar trilhando o caminho contra o populismo fiscal, assegurou o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP). Ele elogiou o discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que disse para ninguém esperar a adoção de medidas populistas e que “não existe brincadeira em economia”.

O senador lembrou que aventuras políticas e econômicas de outros governos deixaram o país em situação difícil, ao citar que a dívida pública que Lula encontrou representava 61,5% do produto interno bruto (PIB). Seu antecessor, porém, encontrou uma dívida de 34% do PIB.

– Eram R\$ 67 bilhões, e oito anos depois eram R\$ 760 bilhões – afirmou o líder do governo.

Mercadante observou que, nos oito anos do governo de Fernando Henrique, foram realizadas diversas privatizações, mas, apesar disso, a dívida pública e a carga tributária cresceram.

Maciel propõe interlocução entre Brasil e Argentina

O senador Marco Maciel (PFL-PE) anunciou que vai encaminhar à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) proposta de criação de um fórum parlamentar de interlocução entre Brasil e Argentina. As divergências não contribuem para a integração econômica, política e cultural dos dois países, argumentou.

Maciel considera que até o Mercosul tem registrado retrocesso devido às divergências, e que o intercâmbio entre os países será pela via política.

Heráclito aponta contradições no governo

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) criticou o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, principalmente com relação ao que o PT pregava quando era oposição e o que faz agora.

– Para o PT, quando oposição, quem estivesse com a Alca, estaria com Satanás. Hoje, o governo negocia com a Alca – afirmou.

Ele condenou também a falta de negociação do Palácio do Planalto com os governos estaduais para a composição do Orçamento.

Mesquita Júnior: Heloísa é opção para o Planalto

Diante dos resultados de duas pesquisas para a Presidência da República, em que a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) aparece com índices entre 3 e 5,7%, apesar de não ter se lançado oficialmente na disputa, Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) afirmou que o povo brasileiro está procurando uma opção séria e verdadeira para ocupar o cargo.

– Heloísa pode ir se preparando: a população está lhe mandando um recado. O povo quer soluções simples, pois está entendendo que não existe complexidade na gestão pública. Os governantes fingem que há, para desclassificar pessoas simples e honestas como a senadora – argumentou.

Mesquita Júnior cobrou dos institutos de pesquisa uma si-

mulação de segundo turno entre Heloísa e o presidente Lula, e disse acreditar que o resultado pode surpreender. Em outro momento do discurso, ele protestou contra a falta de liberdade de imprensa em seu estado.

Ao ocupar a tribuna, Heloísa Helena admitiu que pode concorrer à Presidência da República, em 2006.

Aelton pede incentivo ao setor sucroalcooleiro

O senador Aelton Freitas (PL-MG) afirmou que aguarda uma resposta positiva do governo ao manifesto enviado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado em apoio às reivindicações do setor sucroalcooleiro, entre as quais a regulamentação da Lei 10.833/03. O manifesto, resul-

tado de audiência pública sobre os tributos que atingem o setor, foi enviado ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, a quem o parlamentar pediu atenção e sensibilidade para a causa.

De acordo com Aelton, o documento, enviado pelo senador e presidente da CRA, Sérgio Guerra (PSDB-PE), contém

reivindicações de mudanças na tributação da atividade sucroalcooleira, por meio da edição de decreto que implemente o que está previsto no artigo 91 da lei: a redução, para zero, das alíquotas da Cofins e do PIS/Pasep incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda do álcool etílico hidratado carburante.

José Jorge pede ajuda aos atingidos pelas chuvas em PE

A edição de medida provisória (MP) como forma de socorrer a população dos municípios de Pernambuco atingidos pelas chuvas foi defendida pelo senador José Jorge (PFL-PE). Segundo ele, o temporal já matou 24 pessoas e deixou 4 mil famílias desabrigadas em 16 municípios da região metropolitana do Recife, além de ter provocado destruição de residências e transbordamento de rios em diversas localidades do interior.

– O governo deveria editar medida provisória, pois esse é um caso de relevância e urgência, ao contrário das MPs aprovadas aqui, que não reúnem esses requisitos – disse.

Juros menores e mais segurança, defende Crivella

A redução dos gastos públicos prejudica o combate à criminalidade e não contribui para a diminuição das desigualdades, afirmou Marcelo Crivella (PL-RJ). Para ele, a solução desses problemas exige mudanças na atual política econômica. – A elite pede redução dos impostos, mas quer proteção para viver nas mansões. Será que a gente não pode diminuir os gastos públicos reduzindo os juros? – perguntou Crivella, que participou do encontro “O Grito do Rio”, que reuniu especialistas em segurança, sob o patrocínio da Federação das Indústrias do Rio.

Agripino e Mão Santa criticam juros altos

O líder do PFL, senador José Agripino Maia (RN), pediu a tribuna que o governo pare de aumentar a taxa básica de juros (Selic). Agripino disse que o Brasil é hoje o campeão mundial em taxas de juros. Para ele, os aumentos sucessivos da Selic foram os responsáveis pela diminuição do crescimento do PIB.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) também criticou a política econômica do governo, afirmando que somente os bancos são beneficiados, aproveitando-se dos juros altos.

Implementação das PPPs foi paralisada, diz César Borges

A aprovação do projeto das parcerias público-privadas (PPPs) não trouxe o investimento em infra-estrutura de que o país está necessitando, opinou César Borges (PFL-BA). Ele denunciou que a implementação das PPPs foi paralisada pela “habitual inoperância” do governo. Enquanto empresários pedem clareza nas regras das PPPs, disse, o governo busca bater recordes de superávit fiscal.

Para Saturnino, "Lula joga semente de mudança no mundo"

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) disse que a política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva, além de estar reafirmando a presença do Brasil e seus interesses no cenário internacional, está “jogando sementes de mudança na configuração do mundo”. Para ele, essa política procura ressaltar os princípios do multilateralismo e da igualdade entre as nações, e também resgatar a promessa do desenvolvimento econômico, social e cultural dos países mais pobres, que se retardaram no processo histórico.

Polêmica sobre financiamento de campanha no Pará

Os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Ana Júlia Carepa (PT-PA) discutiram em Plenário sobre denúncias publicadas na imprensa local a respeito de financiamento para a campanha à prefeitura de Belém. Ana Júlia rebateu as acusações de ter recebido dinheiro de madeireira holandesa. “Nunca fui presa pela Polícia Federal”, defendeu-se, classificando os ataques de levianos.

Demostenes vê "embuste" nas políticas sociais

A partir de reportagem do jornalista Larry Rother, correspondente do jornal *The New York Times*, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) denunciou “o extraordinário embuste” em que se transformaram as políticas de inclusão social do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Demostenes observou que o cenário descrito pelo jornalista revela projetos paralisados pela burocracia e por disputas político-partidárias.

Mozarildo Cavalcanti critica interferência

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) criticou a informação de que os altos índices de desmatamento da Amazônia tenham levado vários países a afirmar que é necessário internacionalizar a região para melhor preservar a área. Segundo ele, é preciso tratar a Amazônia como reserva nacional e não mundial.

– Querem nos colocar uma pecha como destruidores da Amazônia, quando, na verdade, eles não souberam cuidar das suas próprias florestas – observou.

Voz do Leitor

REMÉDIOS CONTROLADOS

“Sugiro a apresentação de um projeto de lei beneficiando as pessoas que necessitam tomar remédios de uso controlado por longos prazos, propondo que elas tenham isenção do Imposto de Renda ou abatimento dos valores gastos com esses remédios.”

Álvaro Leite Machado, de Leopoldina (MG)

TRABALHO ESCRAVO

“Por que a PEC 57/99, do ex-senador Ademir Andrade (que expropria as terras e propriedades onde forem encontradas pessoas submetidas a trabalho escravo), e o Projeto de Lei 487/03, do senador Paulo Paim (que impede as empresas que utilizarem trabalho escravo de serem contratadas por órgãos da administração pública, receberem incentivos fiscais ou participarem de licitações), ainda não foram aprovados? Quem tem medo destas proposições?”

Erivagno Oliveira Avelino, de Conceição do Coité (BA)

PROUNI

“Sugiro que se revejam os critérios do Programa Universidade para Todos (ProUni). Há muitos contemplados desistindo de receber a bolsa de estudos porque a vaga é para que estudem em outros estados, e não onde eles moram.”

Eder Bruno, de Ouro Verde (SP)

ALFABETIZAÇÃO

“Sugiro a criação de um projeto de lei que vise possibilitar ao Sistema Nacional de Emprego (Sine) oferecer cursos

de alfabetização para os trabalhadores das indústrias.”

Sílvio Ramos, de Barueri (SP)

SALÁRIO MÍNIMO

“A Constituição diz que o salário mínimo deve atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, transporte, vestuário, higiene, lazer e previdência social. O próprio governo não cumprir a lei é um mau exemplo para a população. Além disso, acho absurdo o governo gastar em propagandas para dizer aos cidadãos que eles não devem comprar CD pirata, quando o salário deles mal dá para prover a alimentação de suas famílias.”

Franz Josef Hildinger, de Praia Grande (SP)

PASSE LIVRE AOS IDOSOS

“Solicito a intervenção dos senadores de São Paulo pela fiscalização do passe livre aos idosos. Pelo Estatuto do Idoso, os maiores de 65 anos têm assegurada a gratuidade nos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos. Há empresas da capital do estado que não estão cumprindo a lei.”

Antonio Carneiro e Campos, de São Paulo (SP)

OBESIDADE

“O IBGE divulga dados alarmantes sobre a obesidade e, mesmo assim, o Ministério da Saúde não toma nenhuma medida séria e eficaz para solucionar essa questão.

Gostaria de pedir que o Senado Federal seja mais sensível a essa tragédia.”

Daniel Henrique Miguel, de Poços de Caldas (MG)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília - DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

CONCURSADOS DEMITIDOS

Jorge Luiz Gomes da Silva, de São José do Jacuípe (BA)
“Senador César Borges, existe uma lei que prevê punição para os prefeitos que demitem concursados sem justa causa?”

O senador César Borges (PFL-BA) responde:



“Caro Jorge, de acordo com a Lei 8.112/90, conhecida como Estatuto do Servidor Público, há dois regimes jurídicos para a contratação de servidor público, podendo ser adotado o regime estatutário ou o regime celetista. O servidor estatutário, nomeado após concurso público, torna-se estável depois de concluído estágio probatório, e só ocorrerá sua demissão após julgamento de processo administrativo ou em virtude de sentença judicial, com trânsito em julgado. Esse servidor, durante o estágio probatório, poderá ser exonerado por interesse público, bem como se não cumprir com os deveres de sua função, também após procedimento, ressalvado o direito de defesa. Já aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (Decreto-Lei 5.452/43), escolhidos também por concurso público e denominados empregados públicos, são assegurados todos os direitos do trabalhador, capitulados no artigo 7º da Constituição federal, e sua relação de emprego é regida pela CLT, inclusive a possibilidade de demissão sem justa causa. No entanto, o ato demissionário não deixa de ser um ato administrativo, sendo-lhe exigidos todos os elementos próprios deste instrumento jurídico, entre eles a motivação. A Lei 9.962/00 aponta as hipóteses em que poderá a administração pública, unilateralmente, rescindir os contratos de trabalho de natureza celetista: prática de falta grave; acumulação ilegal de cargos; necessidade de redução de quadro de pessoal por excesso de despesa, nos termos da lei complementar a que se refere o artigo 169 da Constituição federal; ou insuficiência de desempenho.

Esperamos ter deixado claro em quais circunstâncias uma demissão no serviço público é considerada ilegal e, portanto, reversível. Quanto à punição, o prefeito ou outra autoridade pública que se excedeu em suas prerrogativas e demitiu ilegalmente pode até, em princípio, ter sua decisão reformada pelo Judiciário; entretanto, infelizmente, sem punição penal ou administrativa para ele.”

DEPÓSITO DE AGROTÓXICO

Lázara Martins, de Goiânia (GO)

“Senador Demostenes Torres, ao lado da minha casa, muro a muro, há um depósito de agrotóxicos. A vizinhança está sofrendo as conseqüências dessa exposição. Como é permitido que um depósito de agrotóxicos seja implantado em meio a edifícios, casas e duas escolas? Quem é o responsável? Já fizemos várias reclamações, porém nada foi feito.”

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) responde:



Prezada senhora Lázara Martins, sobre o depósito de agrotóxico, esclareço que o responsável pelo monitoramento de lixo tóxico em seu município é a Secretaria de Meio Ambiente de Goiânia (Semma), telefone (62) 524-1414. Indico que também noticie o crime relatado à Delegacia Estadual de Defesa do Meio Ambiente de Goiás (Dema), telefones (62) 201-2836 e 201-2830. Informo ainda que meu gabinete já providenciou ofício ao secretário municipal de Meio Ambiente, sr. Clarismino Luiz Pereira Júnior, para conhecimento do assunto e providências cabíveis.

Frases

“Para o PT, quando oposição, quem estivesse com a Alca estaria com Satanás. Hoje, o governo negocia com a Alca”

Heráclito Fortes, ao afirmar que há atitudes estranhas sendo tomadas pelo governo federal.

“Na favela tem mais obeso do que desnutrido”

Augusto Botelho, citando o endocrinologista Walmir Coutinho, que fez essa constatação a partir de pesquisas do IBGE.

“É desconcertante rever um grande amor, e a política na minha vida tem um espaço importante”

Fafá de Belém, ao receber homenagem pelo papel que desempenhou durante a campanha das Diretas Já.

“A hora é de estadista e não de picuinhas, das questões miúdas. A hora é de olhar para a frente”

Pedro Simon, sugerindo que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva faça as transformações que prometeu.

“Se não ganhar, volto a comer pó de giz na Universidade Federal de Alagoas”

Heloísa Helena, admitindo que pode concorrer à Presidência da República, mas se não vencer voltará a ser professora.

“Não vou confundir paciência com leniência e procrastinação”

Renan Calheiros, que sugeriu uma reunião de líderes para decidir sobre a instalação da CPI dos Correios, diante da lentidão dos partidos para indicar os nomes para a comissão.

“O usuário é quem alimenta o tráfico”

Magno Malta, que manifestou sua preocupação com o avanço do consumo e do tráfico de drogas no Espírito Santo.

“É triste saber que os estados de Mato Grosso e de Rondônia estão colocando o país em uma situação vexatória como essa”

Sibá Machado, lamentando a ação da quadrilha especializada em crimes ambientais.

“Tentar abafar a instalação da CPI sob o argumento de que ela é inconstitucional por não existir fato determinado representa uma aberração jurídica”

Alvaro Dias, condenando as tentativas do governo de impedir a instalação da CPI dos Correios.

Foto da Semana

Cerca de 6 mil trabalhadores rurais se deram as mãos para “abraçar” o Congresso Nacional na quarta-feira, dia 1º. Ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), eles solicitaram a autoridades do Legislativo apoio a projetos em tramitação na Câmara e no Senado, como os que regulamentam a agricultura familiar e a previdência rural e o que expropria terras onde há trabalho escravo



LINDOMAR CRUZ/ABR

Bidu, o Canto de Cristal

A diretora do documentário *Bidu Sayão, o Canto de Cristal*, Liloye Boubli, grava na quarta-feira uma entrevista no *Programa do Jô*, da Rede Globo. O convite é um reconhecimento à qualidade da produção da TV Senado em homenagem à cantora lírica brasileira que ganhou fama internacional. Não foi definida a data em que a conversa vai ao ar.

O documentário sobre a vida e obra de Bidu Sayão foi apresentado em março deste ano, para marcar o centenário da cantora, que, graças a sua voz incomparável, foi destaque da música clássica internacional nos anos 30 e 40. Bidu era a favorita do maestro e compositor Heitor Villa-Lobos e



COLEÇÃO MARCELO DEL CINIA

Bidu Sayão brilhou como intérprete de peças clássicas como *Romeu e Julieta*

integrou o time de artistas do Metropolitan Opera House de Nova York, sendo protagonista em

obras como *Manon*, *Romeu e Julieta* e *La Bohème*.

A produção do documentário exigiu da equipe da TV Senado extraordinário trabalho de pesquisa e resgate de material – incluindo acervos particulares, como fotos raras e imagens em película de apresentações da cantora –, em que boa parte foi doado por empresas e instituições americanas.

Espaço Cultural com Márcio Camilo

O destaque da TV Senado para o fim de semana é o *Espaço Cultural*, com o cantor, compositor e violonista mato-grossense Márcio de Camillo, representante do movimento que ficou conhecido como Moderna Música Popular Brasileira. A atração vai ao ar no sábado, às 24h, com reprise no

domingo, às 21h.

No seu mais recente álbum, intitulado *Telepaticamente*, Márcio de Camillo explora vários elementos musicais, num som que combina a moderna tecnologia dos *samplers* com bandolins, quarteto de cordas e guitarras nervosas.

A Rádio Senado destaca o programa *Conexão Senado*, que, hoje, às 12h, discute as conseqüências do excesso de burocracia para as pessoas e para as instituições. O presidente da Casa, Renan Calheiros, anuncia nesta semana a criação de um colegiado que vai propor medidas para reduzir a burocracia e facilitar a vida do brasileiro, como a instituição do cadastro único, entre outras.

Os ouvintes também podem participar do debate, com perguntas e sugestões pelo telefone (61) 311-1261, pelo fax (61) 311-2777 ou pelo endereço conexao@senado.gov.br.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 9h - Prosa e Verso
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

RESENHA

Imagens e costumes do Rio dos tempos coloniais

SYLVIO GUEDES

Sociólogos, historiadores, sanitaristas, educadores, urbanistas ou simples curiosos podem se deliciar com um dos mais preciosos ensaios sobre os costumes e a vida diária do Brasil Colônia. *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis (1763-1808)*, de Luís Edmundo, integra a coleção Brasil 500 Anos, editada pelo Senado como forma de resgatar e preservar a memória brasileira.

O livro descreve os hábitos, a vida social, cultural e econômica no Rio de Janeiro no final do século 18 e início do século 19. O texto leve do carioca Luís Edmundo (1878-1961) – poeta, jornalista, ensaísta, teatrólogo, imortal – conduz o leitor pelas vielas, casarões, casebres, mercados, teatros, cafés e palácios da antiga capital colonial.

A riqueza de detalhes da narrativa se associa à beleza das ilustrações de Washt Rodrigues, Henrique Cavaleiro, Marques Júnior, Salvador Ferraz, Carlos e Rodolfo Chambelland. Com elas, conhecemos a arquitetura, o mobiliário, o vestuário do Rio antigo, onde as ruas eram agitadas, as intrigas do Reino eram prato diário de ricos e pobres e a ausência de mínimas condições de higiene costumava expor a população a recorrentes



epidemias.

Luís Edmundo fez parte do movimento iconoclasta que combatia os poetas parnasianos e realistas, e todos os que lembravam o modelo burguês, certinho e comportado. Muito popular, poesias suas eram declamadas nos salões cariocas.

Ao descrever a repressora sociedade colonial, Luís Edmundo faz contundente crítica social. “Nunca se defendeu tanto a virtude feminina como por essa época. Em compensação, nunca tivemos tantos pais e maridos enganados. O lar era uma prisão mourisca, onde a mulher, alheia ao mundo, mais ou menos feliz, mais ou menos conformada, vivia, amava, tinha filhos, criava-os, sorria, chorava, até que a morte viesse e lhe cerrassem os olhos.”

Sylvio Guedes é repórter e editor do *Jornal do Senado*. *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis*, de Luís Edmundo, é publicado pela Subsecretaria de Edições Técnicas. Informações podem ser obtidas pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 311-4755.

SENADO

Biblioteca recebe Bíblia completa em braile

Um exemplar da primeira edição completa em Língua portuguesa da Bíblia em braile foi doado na última terça-feira à Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho pela Sociedade Bíblica do Brasil. A obra é composta por 38 volumes, pesa cerca de 40 quilos e fará parte do acervo do Senado, à disposição do público para consulta.

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ), que intermediou a doação, chamou a atenção para o simbolismo do evento.

– Estamos trazendo ao cenário político brasileiro uma iniciativa de muita relevância que é a discussão da importância de dar aos deficientes visuais o principal livro que poderia ser oferecido a eles. Acho que a Bíblia em braile, mesmo que não contivesse todos os livros, mas pelo menos os Evangelhos, deveria estar em cada biblioteca brasileira.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) disse que a edição democratiza o acesso a um livro essencial a todos os cristãos.



Heloísa Helena defende estabelecimento de cotas específicas para que possam ser editadas mais publicações em braile

– Aqui no Senado lutamos muito para que cada parlamentar tenha uma cota do seu material em braile. Para se ter uma idéia da dificuldade, é preciso abrir mão de produzir 30 mil exemplares comuns para conseguir fazer cem exemplares em braile.

Heloísa elogiou a Sociedade Bíblica do Brasil e afirmou que, apesar do alto custo, todas as bibliotecas estaduais e municí-

pais deveriam ter um volume da Bíblia em braile. Em discurso, a senadora apontou que a doação permite que o Senado discuta o estabelecimento de cotas.

– Defendo que as cotas para publicações em braile sejam obrigatórias, pois é grande a demanda dos deficientes visuais. Essas cotas podem ser viabilizadas por meio de projeto de resolução – completou.

Senado foi pioneiro na produção de livros

Inaugurado em junho de 1998, o Serviço de Publicações em Braile do Senado foi pioneiro na transcrição, impressão e distribuição de documentos legais nesse método. Segundo o chefe do serviço, Paulo Brandão, “o Senado tem levado aos portadores de deficiência visual de todo o país a legislação brasileira convertida para o método de escrita e leitura dos cegos”.

Entre as obras legislativas editadas em braile

por meio da Secretaria Especial de Editoração e Publicações estão a Constituição federal, constituições estaduais, a Lei Orgânica do DF, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de Defesa do Consumidor e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Também foram publicados pelo Senado os livros Conselho aos governantes e A cidadania em todos os sentidos.

Conheça o Senado

Cassação de JK gerou a primeira crise do regime militar



Juscelino, ao saber que seria cassado, subiu à tribuna do Senado e proferiu discurso histórico: “É uma usurpação”, disse

Entre março e junho de 1964, o senador Juscelino Kubitschek protagonizou um dos primeiros impasses do governo militar. A decisão de cassar o mandato de JK e de suspender seus direitos políticos acirrou o debate interno dos membros do novo regime.

As suspensões dos mandatos e dos direitos políticos foram previstas no Ato Institucional nº 1. As primeiras listas de cassados eram de inimigos declarados do regime, como o líder comunista Luís Carlos Prestes, o presidente deposto João Goulart e seu antecessor Jânio Quadros, e o governador gaúcho Leonel Brizola, que liderou o movimento

pela posse de Jango.

Sobre JK, no entanto, não se davam acusações de subversão. Ele ameaçava o regime por sua popularidade, que inflava sua candidatura ao Planalto em 1965, nas eleições que restaurariam a democracia no Brasil. JK convivia ainda com a oposição do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que também queria ser candidato.

Cassar JK, avaliaram historiadores, significava ceder aos anseios da linha dura militar, que pretendia sabotar a candidatura de Juscelino à Presidência em 1965 e manter o país sob domínio militar por mais tempo que o previsto no momento do golpe. A decisão

é atribuída ao então ministro da Guerra, Arthur da Costa e Silva, nomeado presidente em 1967.

Avaliando sua cassação como inevitável, o senador subiu à tribuna antes do anúncio oficial e proferiu um discurso histórico. JK declarou que a decisão dos militares era um golpe “contra a vida democrática. Era um ato de usurpação, não de punição”.

Os jornais da época registram que o Plenário ouviu em silêncio o discurso de JK, que abandonou o Senado acompanhado da mulher, dona Sara. Cassado em 6 de junho de 1964 com outros 39 políticos, Juscelino Kubitschek foi se exilar na Europa.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Shlessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 311-3333

Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Valter Gonçalves Júnior, Flávio Faria, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes, Paula Pimenta e Suely Bastos

Reportagem: Cintia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Sylvio Costa
Especial Cidadania: Juliana Steck e Treici

Schwengber (61) 311-1620

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332

Circulação e Atendimento ao leitor:

John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e

Davi Emerich (61) 311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 311-1151

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Acompanhe seus representantes estaduais

A pedido de leitores, o *Especial Cidadania* traz nesta edição os endereços postais e eletrônicos das 26 assembleias legislativas estaduais brasileiras e da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Além de votar, é importante que o cidadão acompanhe o que é discutido, votado e realizado pelos parlamentares ao longo de seus mandatos. Como representantes diretos da população, cabe a eles, entre outras atribuições, propor, debater e aprovar leis de interesse estadual; fiscalizar o Poder Executivo (governador, vice e secretários de estado); e elaborar, juntamente com o governador, o orçamento estadual.

O número de deputados esta-

duais é proporcional ao número de vagas de deputados federais de cada estado na Câmara, respeitado um critério especial de cálculo, previsto no art. 27 da Constituição.

Os deputados estaduais são eleitos pelo sistema proporcional para um mandato de quatro anos, sendo permitidas reeleições consecutivas ao mesmo posto. São 1.059 parlamentares estaduais no país, eleitos em 2002 para um mandato até 2006.

A Assembleia Legislativa do estado de São Paulo é a que abriga o maior número de parlamentares: 94. A assembleia mais nova é a do Tocantins, que conta com o número mínimo de representantes permitido: 24.



No Palácio Tiradentes, sede da Assembleia do Rio de Janeiro, já funcionou a Câmara dos Deputados

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO - ALERJ

Endereços das 27 casas legislativas nos estados e no DF

Acre

Rua Arlindo Porto Leal, 241
69908-970 Rio Branco (AC)
Tel.: (68) 3223-1760
www.aleac.ac.gov.br

Alagoas

Praça Dom Pedro II, s/n, Centro
57020-908 Maceió (AL)
Tel.: (82) 336-8168
www.ale.al.gov.br

Amazonas

Palácio Rio Branco
Av. Sete de Setembro, 244, Centro
69005-141 Manaus (AM)
Tel.: (92) 622-2162
www.aleam.gov.br

Amapá

Av. FAB, s/nº, Centro
68906-000 Macapá (AP)
Tel.: (96) 212-8300
www.al.ap.gov.br

Bahia

Av. Luiz Viana Filho, s/n,
41746-900 Salvador (BA)
Tel.: (71) 3115-4910
www.bahia.ba.gov.br/assem

Ceará

Av. Desembargador Moreira, 2807
60170-900 Fortaleza (CE)
Tel.: (85) 277-2500
www.al.ce.gov.br

Distrito Federal

SAIN Parque Rural
70086-900 Brasília (DF)
Tel.: (61) 348-8000 e 348-8283
ouvidoria@cl.df.gov.br
www.cl.df.gov.br

Espírito Santo

Av. Américo Buaid, 205,
Enseada do Suá
29050-950 Vitória (ES)
Tel.: (27) 3382-3500
www.al.es.gov.br

Goiás

Alameda dos Buritis, 231, Centro
74019-900 Goiânia (GO)
Tel.: (62) 221-3000
www.assembleia.go.gov.br

Maranhão

Rua do Egito, 144, Centro
65010-908 São Luís (MA)
Tel.: (98) 214-5800
www.al.ma.gov.br

Minas Gerais

Rua Rodrigues Caldas, 30, Santo
Agostinho
30190-921 Belo Horizonte (MG)
Tel.: (31) 2108-7000
www.almg.gov.br

Mato Grosso do Sul

Praça dos Poderes, Uirapuru
79031-901 Campo Grande (MS)
Tel.: (67) 326-4099
www.al.ms.gov.br

Mato Grosso

Palácio Filinto Muller, Praça
Moreira Cabral
78020-901 Cuiabá (MT)
Tel.: (65) 613-2676 e
0800 647-9595 (Disque Ouvidoria)

ouvidoria@al.mt.gov.br
www.al.mt.gov.br

Pará

Rua do Aveiro, 130, Pça Dom Pedro II
66020-070 Belém (PA)
Tel.: (91) 213-4200
www.alepa.pa.gov.br

Paraíba

Praça João Pessoa, s/n, Centro
58013-900 João Pessoa (PB)
Tel.: (83) 241-2323
alpb.codata.pb.gov.br

Pernambuco

Rua da União, 439, Boa Vista
50050-010 Recife (PE)
Tel.: (81) 3217-2211 e
0800-281-2244 (Fala Cidadão)
www.alepe.pe.gov.br

Piauí

Palácio Petrônio Portela
Av. Mal. Castelo Branco, s/n,
64000-810 Teresina (PI)
Tel.: (86) 221-3022
www.alepi.pi.gov.br

Paraná

Praça Nossa Senhora Salette, s/n
80530-911 Curitiba (PR)

Tel.: (41) 350-4000
www.alep.pr.gov.br

Rio de Janeiro

Palácio Tiradentes
Praça Quinze, s/n, Centro
20010-090 Rio de Janeiro (RJ)
Tel.: (21) 2588-1000
e 0800 22-0008 (Alô Alerj)
www.alerj.rj.gov.br

Rio Grande do Norte

Palácio José Augusto
Praça Sete de Setembro, s/n
59026-900 Natal (RN)
Tel.: (84) 232-5763
www.al.rn.gov.br

Rio Grande do Sul

Praça Marechal Deodoro, 101
90010-300 Porto Alegre (RS)
Tel.: (51) 3210-2000
www.al.rs.gov.br

Rondônia

Rua Major Amarantes, s/n,
Arigolândia
78900-901 Porto Velho (RO)
Tel.: (69) 216-2740
www.ale.ro.gov.br

Roraima

Praça do Centro Cívico, 202,
Centro
69301-380 Boa Vista (RR)
Tel.: (95) 621-4052
www.al.rr.gov.br

Santa Catarina

Palácio Barriga Verde
Rua Jorge Luiz Fontes, 310
88020-900 Florianópolis (SC)
Tel.: (48) 221-2500
www.ale.sc.gov.br

Sergipe

Av. Ivo do Prado, s/n
49006-900 Aracaju (SE)
Tel.: (79) 3216-6600
www.al.se.gov.br

São Paulo

Palácio 9 de Julho
Av. Pedro Álvares Cabral, 201,
Ibirapuera
04097-900 São Paulo (SP)
Tel.: (11) 3886-6122
www.al.sp.gov.br

Tocantins

Palácio Deputado João Abreu
Praça dos Girassóis, s/n, Centro
77054-970 Palmas (TO)
Tel.: (63) 218-4201
www.al.to.gov.br

Informações

Senado Federal

Praça dos Três Poderes, s/n
70165-920 Brasília (DF)
Tel.: 0800-61-2211
www.senado.gov.br

Câmara dos Deputados

Praça dos Três Poderes, s/n
70160-900 Brasília (DF)
Tel.: 0800-619-619
www.camara.gov.br

Tribunal de Contas da União

SAFS, Quadra 4, Lote 01
70042-900 Brasília (DF)
Tel.: (61) 316-0000
www.tcu.gov.br

Interlegis

Via N2 - Anexo "E"
70165-900 Brasília (DF)
Tel.: (61) 311-2556
www.interlegis.gov.br

União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale)

SGAS 902, Ed. Athenas,
Salas 120/127
70390-020 Brasília (DF)
Tel.: (61) 323-7215
www.unale.org.br



Proposta muda número de deputados

A representação parlamentar nas assembleias legislativas pode sofrer ajustes, caso seja aprovada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 48/01, de iniciativa do então senador Bernardo Cabral. A matéria já foi aprovada pelo Plenário em primeiro turno, mas necessita ainda ser aprovada em segundo turno.

Embora mantenha a regra de cálculo do número de deputados estaduais, baseada na representação do estado na Câmara dos Deputados, a emenda

inova ao determinar que o total de membros de cada assembleia legislativa não poderá ser inferior ao número de vereadores da câmara municipal da respectiva capital. Pelas regras atuais, a câmara municipal de algumas capitais acaba tendo uma representação parlamentar superior à das assembleias legislativas, que só contam com 24 deputados para legislar para todo o estado.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) também apresentou três PECs que alteram o número

de membros da Câmara dos Deputados, das assembleias legislativas e das câmaras municipais. A PEC 50/99 especifica o mínimo de sete e o máximo de 49 vereadores por município, dependendo do número de habitantes; a PEC 51/99 determina o mínimo de cinco deputados estaduais e o máximo de 15. Pela PEC 52/99, os estados teriam entre quatro e 70 deputados federais, de acordo com sua população. As proposições aguardam exame da Comissão de Justiça do Senado.

Interlegis amplia a participação da sociedade

O Interlegis é um programa desenvolvido pelo Congresso Nacional, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para modernização e integração do Poder Legislativo nos níveis federal, estadual e municipal, e para dar maior interação desse Poder com a sociedade. O Interlegis vem sendo desenvolvido desde 1997 e é presidido pelo 1º secretário da Mesa do Senado. Nesta legislatura, a condução do Interlegis está a cargo do senador Efraim Morais (PFL-PB).

A idéia de criar uma comunidade virtual do Legislativo surgiu na Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen), responsável pela implantação do programa. Os meios utilizados pelo Interlegis são as novas tecnologias de informação (Internet, videoconferência e transmissão de dados), que permitem a comunicação e a troca de experiências entre as casas legislativas e os legisladores e entre o Poder Legislativo e o público, visando aumentar a participação da população no processo legislativo.